

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
CAMPUS MONTE ALEGRE
MESTRADO PROFISSIONAL EM GOVERNANÇA GLOBAL E FORMULAÇÃO DE
POLÍTICAS INTERNACIONAIS

LÍVIA COELHO ZANATTA

A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NOS CONFLITOS HÍDRICOS: um
olhar a partir da Ecologia Política Feminista Latinoamericana

SÃO PAULO

2025

LÍVIA COELHO ZANATTA

**A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NOS CONFLITOS HÍDRICOS: um olhar a
partir da Ecologia Política Feminista Latinoamericana**

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais, sob a orientação da profa. dra. Terra Friedrich Budini.

**SÃO PAULO
2025**

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Zanatta, Livia Coelho
A (in)visibilidade das mulheres nos conflitos hídricos: um
olhar a partir da Ecologia Política Feminista
Latinoamericana. / Livia Coelho Zanatta. -- São Paulo:
[s.n.], 2025.
69p. il. ; cm.

Orientador: Terra Friedrich Budini.
Trabalho Final (Mestrado Profissional) -- Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós
Graduados em Governança Global e Formulação de Políticas
Internacionais, 2025.

1. Água. 2. Mulheres. 3. Conflitos ambientais-hídricos. 4.
Gênero. I. Budini, Terra Friedrich. II. Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Mestrado Profissional em
Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais.
III. Título.

CDD

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que fizeram parte desta jornada, em especial aos meus pais por todo apoio e confiança.

RESUMO

ZANATTA, Livia Coelho. **As (in)visibilidades das mulheres nos conflitos hídricos: um olhar a partir da Ecologia Política Feminista Latinoamericana.**

A América Latina é a região com maior abundância de água, recurso essencial para a vida. Apesar da disponibilidade do recurso, a distribuição não é homogênea, principalmente pela gestão pouco eficiente e pelas desigualdades de gênero, raça e classe. Entendendo a existência da desigualdade hídrica e os direitos universais de acesso ao recurso, Organizações Internacionais, a partir dos anos 70, passaram a idealizar formas para igualdade de acesso. No entanto, as proposições internacionais foram incapazes de estreitar as lacunas de desigualdade de gênero no acesso à água, políticas públicas, ingresso em ambientes de tomadas de decisões e nos impactos diferenciados causados pelos conflitos ambientais-hídricos. O objetivo do trabalho é compreender a invisibilidade das mulheres nos conflitos ambientais-hídricos, por meio da pesquisa da relação entre mulheres e água, e da identificação do principal gerador deste tipo de conflito, os *megaprojetos*, utilizando a perspectiva de Ecologia Política Feminista Latinoamericana. O trabalho é dividido em dois eixos, o teórico, que utiliza a revisão bibliográfica como metodologia, e o eixo empírico, que por meio de mapas de conflitos (EJ ATLAS, FIOCRUZ, OCMAL), complementam o primeiro eixo. Conclui-se que existe um contraste entre: a invisibilidade das mulheres nos cenários de Governança Hídrica na América Latina observada nos mapas de conflitos e a visibilidade presente na revisão bibliográfica e em espaços de lutas por justiça ambiental-hídrica.

Palavras-chave: Água, mulheres, conflitos ambientais-hídricos, gênero, mapas de conflito.

ABSTRACT

ZANATTA, Livia Coelho. **The (in)visibilities of women in water conflicts: a look from Latin American Feminist Political Ecology.**

Latin America is the region with the greatest abundance of water, an essential resource for life. Despite the availability of the resource, distribution is not homogeneous, mainly due to inefficient management and gender, race and class inequalities. Understanding the existence of water inequality and the universal rights of access to the resource, International Organizations, from the 1970s onwards, began to devise ways for equal access. However, international propositions were unable to narrow the gender inequality gaps in access to water, public policies, entry into decision-making environments and the differentiated impacts caused by environmental-water conflicts. The objective of this work is to understand the invisibility of women in environmental-water conflicts, through research into the relationship between women and water, and the identification of the main generator of this type of conflict, *megaprojects*, using the perspective of Latin American Feminist Political Ecology. The work is divided into two axes, the theoretical, which uses bibliographic review as a methodology, and the empirical axis, which, through conflict maps (EJ ATLAS, FIOCRUZ, OCMAL), complements the first axle. It is concluded that there is a contrast between: the invisibility of women in Water Governance scenarios in Latin America observed in conflict maps and the visibility present in the bibliographic review and in spaces for environmental-water justice fights.

Keywords: Water, women, environmental-water conflicts, gender, conflict maps.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de Conflitos por Água no Caribe.....	35
Figura 2: Mapa de Conflitos por Água na América do Sul.....	37
Figura 3: Mapa de Conflitos por Água na Meso América.....	39
Figura 4: Mapa de Conflitos Mulheres Imp. Barragens e Hidrelétricas.....	42
Figura 5: Mapa de Conflitos Mulheres Imp. Transp. de Bacias Hidrográficas.....	42
Figura 6: Mapa de Conflitos Mulheres Imp. Mineração, Garimpo e Siderurgia.....	43
Figura 7: Mapa de Conflitos Barragens e Hidrelétricas.....	43
Figura 8: Mapa de Conflitos Transposição de Bacias Hidrográficas.....	43
Figura 10: Mapa de Conflitos OCMAL.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Sistematização dos Casos Mapeados nos Mapas de Conflitos	43
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EJ ATLAS	Environmental Justice Atlas
EP	Ecologia Política
EPF	Ecologia Política Feminista
EPFL	Ecologia Política Feminista Latinoamericana
EPL	Ecologia Política Latinoamericana
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
OCMAL	Observatorio de Conflictos Mineros de America Latina
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OI	Organizações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SI	Sistema Internacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Metodologia	14
2 MULHERES, ÁGUA, CONFLITOS AMBIENTAIS E ECOLOGIA POLÍTICA	17
2.1 Mulheres e Água	17
2.2 Exploração e Conflitos Ambientais-Hídricos	20
2.3 Revisão Bibliográfica de Estudos de Casos: Impactos Materiais e Imateriais dos Conflitos Hídricos nas Mulheres	24
2.4 Perspectiva Teórica: Ecologia Política Feminista Latinoamericana	28
3 MAPAS DE CONFLITOS: EJ ATLAS, FIOCRUZ E OCMAL	32
3.1 EJ ATLAS	32
3.2 FIOCRUZ	40
3.3 OCMAL	44
4 MULHERES E CONFLITOS HÍDRICOS: UMA ANÁLISE DE PESQUISA	49
5 CONCLUSÃO	52
BIBLIOGRAFIA	53

1 INTRODUÇÃO

A água é um recurso natural necessário para a manutenção da vida no planeta. Na América Latina, considerada a região com a maior concentração de água doce da Terra, encontra-se cerca de 31% do recurso mundial. Apesar da abundância do recurso, a distribuição não é homogênea, seja por questões naturais (áreas desérticas comparadas a áreas de floresta tropicais, por exemplo) ou por questões de gestão hídrica, políticas públicas estatais e desigualdades de gênero, classe e raça (pelo acesso ao recurso, saneamento e esgoto).

Considerando a importância do recurso, a entrada da água na agenda global é marcada pelas Conferências Internacionais propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU), nos anos 70, tratando de temas principalmente focados no saneamento básico e distribuição mais igualitária dos recursos hídricos (considerados direitos básicos para uma vida digna), que posteriormente se desdobram em temáticas mais específicas dentro do tema governança da água, seu gerenciamento e suas problemáticas (desertificação, poluição, disputas pelo recurso) (Castro, 2007).

A abordagem de gênero na governança da água, também, foi adotada nos anos 70 quando houve o encontro Década das Mulheres e a Década Internacional da Água e Saneamento, no qual determinava a necessidade de criação de políticas públicas de acesso equitativo ao recurso entre homens e mulheres (Macarthur *et al*, 2023).

Esta determinação, dos Estados proporcionarem acesso equitativo ao recurso, continuou sendo reafirmada pelos encontros institucionais internacionais e organizações, como pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em 2006, em uma cartilha que estabelece abordagens de gênero para a Governança Hídrica: de conhecimento (informações específicas sobre as realidades, experiências, prioridades), consulta/*advocacy* (promoção da participação das mulheres em ambientes de tomada de decisões), ações de promoção de benefícios para grupos sensíveis (inclusão de mulheres marginalizadas nas decisões) e ações para promoção de organizações de gênero (profissionais especializados para implementação e gerenciamento de políticas com ênfase em gênero) (PNUD, 2006).

E, nos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), em 2015, que determinam no objetivo 5 de “igualdade de gênero”, o reconhecimento e valorização do trabalho não remunerado de mulheres (cuidado e gerenciamento hídrico doméstico), a participação em tomadas de decisões, acesso e controle sobre terras e outros recursos, e no objetivo 6 de “água potável e saneamento”, o acesso universal e equitativo, melhora da qualidade da água,

fortalecimento da participação das comunidades locais para uma gestão hídrica mais eficiente (Nações Unidas Brasil, s.d.).

Para este trabalho, porém, entende-se que o olhar da Governança Hídrica institucional de gênero, marcada pelas decisões das Organizações Internacionais (O.I.), é insuficiente para a compreensão de lacunas presentes na intersecção entre água, gênero e conflitos ambientais-hídricos na América Latina.

Algumas das lacunas identificadas advém: da manutenção da desigualdade de gênero, na sua produção e reprodução nas sociedades (nuances locais políticos e culturais); por políticas públicas que não consideram especificidades entre mulheres e homens, não traduzindo as determinações institucionais internacionais de gênero e água (dificultam igualdade de acesso, distribuição e gerenciamento do recurso); e da exploração dos bens naturais com foco econômico que desconsideram o potencial de poluição e impacto nas comunidades próximas a estes locais, gerando e aumentando tensões e disputas.

Compreende-se, assim, que o olhar voltado para a relação entre mulheres e água, pautado pela desigualdade no acesso e no reconhecimento de atuação/do trabalho não remunerado (administração doméstica do recurso), é necessário para analisar como os conflitos ambientais-hídricos (identificados como disputas por acesso à água de qualidade frente à megaprojetos, exploração econômica e gestão pouco eficiente) contribuem para a invisibilidade de mulheres.

A linha condutora deste trabalho, portanto, é a adição da perspectiva da Ecologia Política Feminista Latinoamericana aos conflitos ambientais-hídricos na América Latina (que mantém, acirram e reforçam as desigualdades existentes). O objetivo é analisar as dinâmicas de gênero e a (in)visibilidade das mulheres (periféricas, indígenas, negras, pobres que vivem em regiões afetadas por *megaprojetos* e por mal gerenciamento do recurso), utilizando como ferramenta os mapas de conflitos que, apesar da proposta de retratar os conflitos apoiando-se na perspectiva de Ecologia Política (compreensão do meio ambiente como cenário de disputas e visão social), têm carência na retratação dos impactos diferenciados sofridos por mulheres, mostrando como a desigualdade de gênero é uma dimensão marginalizada em pesquisas. Enfatizando, assim, a discrepância entre a visibilidade das mulheres nas lutas por justiça ambiental na região e a invisibilidade das mulheres nas políticas estatais e em mapas de conflitos, lacuna que gerou interesse para a construção deste trabalho.

Dessa forma, a construção da argumentação perpassa pela revisão bibliográfica das dinâmicas de gênero existentes na região, entendendo que as dinâmicas por trás do cuidado/trabalho não remunerado das mulheres, assim como, as dinâmicas público-privadas que

colocam as mulheres nos ambientes domésticos (sem condições de desenvolver ativamente suas vozes e reforçar suas necessidades), levam ao reforço da invisibilidade no que contempla a Governança Hídrica. Também, a partir das pesquisas bibliográficas, destaca-se que a forma em que a exploração da natureza, nos *megaprojetos* na região, interfere na vida e relação das comunidades locais (mulheres indígenas, pobres, periféricas) com o meio ambiente, além das tensões geradas pela dificuldade no acesso à terra, à água, à tradições e culturas, gera impactos diferenciados, pouco reconhecidos, nas mulheres.

A (in)visibilidade das mulheres latinoamericanas é observada quando analisa-se os mapas de conflitos (EJ ATLAS, FIOCRUZ e OCMAL), que refletem um apagamento, homogeneização dos afetados pelos *megaprojetos* e a má gestão hídrica. O contraste entre a visibilidade e invisibilidade torna-se, assim, o objeto central da discussão do presente texto, que visa, por meio de mecanismos metodológicos teóricos e empíricos, enxergar a intersecção entre gênero e conflitos ambientais-hídricos.

Conclui-se, assim, que a importância do trabalho se dá pela busca por uma intersecção entre os temas de gênero, água e conflitos ambientais-hídricos, evidenciando a necessidade de um olhar voltado para as demandas diferenciadas que mulheres têm pelo recurso e pelas dificuldades em serem vistas e ouvidas como grupo impactado por medidas/políticas pouco específicas, por decisões econômicas exploratórias e também, nos mapas de conflitos, que mesmo embasados na Ecologia Política (uma perspectiva que evidencia os impactos das explorações nos seres humanos e meio ambiente), muitas vezes, invisibilizam mulheres.

1.1 Metodologia

A composição do trabalho é organizada a partir dos eixos teórico (evidencia a visibilidade das mulheres nos conflitos e nas lutas por justiça ambiental) e empírico (evidencia a invisibilidade das mulheres nos conflitos). O primeiro eixo pretende discutir mulheres (e seus papéis de gênero na sociedade) e a relação com água, evidenciando o trabalho não remunerado das mulheres (coleta e gestão hídrica), a exclusão nas tomadas de decisões e na vida política, reforçando desigualdades e tensões (2.1). Discute-se os conflitos ambientais exploratórios existentes na América Latina, que levam aos conflitos hídricos, por meio da discussão teórica da formação econômica política do modelo explorador (*megaprojetos* - mineração, hidrelétricas e represas) aplicado na região (2.2).

É feita uma revisão de artigos de estudos de casos/entrevistas com a intenção de reforçar que os conflitos são produtivos para as lutas femininas (reforço da visibilidade nos espaços de disputas) e observar as principais formas que as mulheres são afetadas pelos conflitos (impactos materiais e imateriais) (2.3).

Assim como, é feita uma revisão de literatura a partir das perspectivas de Ecologia Política (EP), Ecologia Política Latinoamericana (EPL), Ecologia Política Feminista (EPF), Ecologia Política Feminista Latinoamericana (EPFL) e pós colonial/decolonial, perspectivas que dialogam entre si e que fazem paralelos entre a exploração das mulheres pelas dinâmicas de poder estruturais e a exploração da natureza como desenvolvimento econômico desde o período colonial (2.4).

O segundo eixo é composto pela exploração dos mapas de conflitos ambientais na América Latina, com o objetivo de aprofundar e compreender como o contraste entre a invisibilidade e a visibilidade das mulheres é apresentado. O estudo dos mapas compõe a pesquisa, na medida em que enxergou-se na dimensão institucional uma limitação de perspectiva para o estudo do objeto, da invisibilidade das mulheres nos conflitos ambientais-hídricos.

São utilizados os mapas: Environmental Justice Atlas (EJ ATLAS), Observatorio de Conflictos Mineros de America Latina (OCMAL) e Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), criados a partir da contribuição de ativistas e com objetivo de exposição dos conflitos e impactos. A primeira ferramenta utilizada foi o Environmental Justice Atlas (EJ ATLAS) para a busca de casos de conflitos ambientais-hídricos na América Latina onde a dimensão de gênero é visualizada. Foram mapeados conflitos na América do Sul, Caribe e Meso América, usando filtros determinados (região, tipo de conflito - *water rights and entitlements*, grupo mobilizado - mulheres). Enfatiza-se a diferença entre a quantidade de casos encontrados onde enxerga-se a participação de mulheres e o aumento significativo de casos quando a sociedade civil é tratada como um ator homogêneo.

A segunda ferramenta foi o mapa de conflitos idealizado pela FIOCRUZ, no qual foi observado que, quando é utilizado o filtro mulheres, aparece apenas 1 conflito que intersecciona a categoria gênero e água, porém sem o filtro são encontrados centenas de casos de conflitos hídricos no Brasil, reafirmando a invisibilidade no mapeamento das mulheres nos conflitos proposta pelo eixo teórico.

A terceira e última ferramenta foi o OCMAL, no qual, por meio da revisão de todos os casos, pois a plataforma não tem filtros, foram identificados poucos casos nos quais as mulheres foram representadas como atrizes ou partes impactadas pelos conflitos, reforçando a

dicotomia entre visibilidade e invisibilidade quando trata-se de mulheres e conflitos ambientais-hídricos.

A partir dos conflitos encontrados pelos três mapas, foi elaborada uma tabela compilando o tipo de conflito (mineração, hidrelétrica, gestão hídrica), número de casos, os principais atores observados (triangulação entre Estados, empresas privadas e sociedade civil-mulheres) e os principais impactos destacados para mulheres. Destaca-se que existe uma dificuldade dos mapas em evidenciar as vozes femininas impactadas na maioria dos casos mapeados, reforçando o objetivo do trabalho, de compreender a (in)visibilidade das mulheres nos cenários de conflitos ambientais-hídricos.

A tabela, junto ao primeiro eixo teórico, de compreensão da união entre os temas água e mulheres, dos conflitos hídricos e da perspectiva teórica de EPFL compõem a análise de pesquisa, que entende que a dimensão institucional de desigualdade de gênero e os impactos diferenciados sofridos pelos *megaprojetos* são determinantes para a invisibilidade de mulheres nos conflitos ambientais-hídricos. Por esse apagamento, há a manutenção e criação de políticas públicas pouco efetivas (por não contemplarem a dimensão de gênero e suas necessidades diferenciadas), ainda que existam idealizações de visibilidade de gênero na Governança Hídrica pelo Sistema Internacional (S.I.).

2 MULHERES, ÁGUA, CONFLITOS AMBIENTAIS E ECOLOGIA POLÍTICA

Nesta seção desenvolve-se a discussão da intersecção entre água e gênero, a qual busca refletir as maneiras específicas em que podem ser identificadas as diferenciações nas relações entre os gêneros e o recurso, que solidificam invisibilidades e desigualdades de mulheres em políticas públicas hídricas e em conflitos e também, explicam os protagonismos de mulheres nas lutas por justiça ambiental e hídrica.

Identifica-se que as políticas estatais são uma dimensão determinante para a compreensão do problema existente de invisibilidade na Governança da Água de gênero, seja por meio da exclusão na participação em tomadas de decisão e dificuldade de visualização dos impactos diferenciados que sofrem por políticas públicas e em conflitos hídricos, ou na forma como os conflitos hídricos são criados nos territórios da América Latina (exploração dos recursos naturais como o desenvolvimento econômico (*megaprojetos*), medida apreendida dos tempos coloniais).

Este modelo político-econômico determinado pelos Estados, acaba por desconsiderar os impactos nos indivíduos e na natureza, que é vista apenas como um recurso a ser explorado para o capital e pelo Estado. A exploração do meio ambiente leva à impactos ambientais e sociais, que aumentam tensões e disputas, além de causar apagamento do sofrimento dos grupos marginalizados (neste trabalho tratando das mulheres e suas intersecções na América Latina).

A exploração ambiental/hídrica tem paralelos com a exploração sofrida por mulheres, refletida a partir da perspectiva de Ecologia Política Feminista Latinoamericana, que utiliza do pensamento crítico para analisar a exploração do meio ambiente e das mulheres, enfatizando as diferenças nas relações/práticas de gênero com a natureza e na feminilização das lutas por justiça ambiental na América Latina.

Dessa forma, a discussão dos conflitos ambientais/hídricos na região torna-se importante para compreender os mecanismos políticos institucionais e sociais que levam ao contraste entre a invisibilidade de mulheres no cenário de exploração ambiental hídrica e a visibilidade em ações de lutas contra as explorações.

2.1 Mulheres e Água

Ainda que os avanços nos direitos humanos ao acesso à água tenham evoluído, grande parte da população pobre mundial carece de saneamento e água potável (Gerlak; Wilder,

2013). O acesso ao recurso hídrico difere nas dimensões de região, país, centros urbanos e rurais, classes sociais, raças e gênero (Gerlak; Wilder, 2013). E, pode ser caracterizado como a “habilidade das pessoas em usar água que é limpa, segura, de preço acessível e disponível” (Gerlak; Wilder, 2013, p. 6), enquanto que o acesso insuficiente é considerado insegurança hídrica (Gerlak; Wilder, 2013).

Quando relaciona-se gênero e água, é compreendido que a intersecção entre os assuntos é primariamente pautada no acesso de mulheres ao recurso hídrico, de água potável e saneamento, em papéis sempre domésticos, não relacionando a outros aspectos, como atividades produtivas, ambientais e culturais (Mujer y Medio Ambiente, 2008).

Assim, as dimensões do uso e gerenciamento de água são impactadas pela dimensão de gênero, no sentido em que os papéis de homens e mulheres são definidos pelos seus papéis na sociedade, com o gerenciamento do recurso hídrico e uso para tarefas produtivas (agropecuária) como responsabilidade masculina, enquanto que mulheres ficam responsáveis por coletar e usar água para cozinhar, beber e para higiene (Dickin; Carreta, 2022).

A partir deste contexto, a lente da ecologia política (contrução teórica que combina ecologia com aspectos de economia política) feminista utiliza a dimensão de gênero como categoria de denominação da relação entre natureza e sociedade (com ênfase na exploração e degradação), acesso à recursos (como água), políticas relacionadas ao meio ambiente, revelando estruturas e dinâmicas de poder de gênero nas sociedades (subordinação e opressão das mulheres) (Nunbogu; Elliott, 2021).

Fazendo uso do ecofeminismo (*nexus* entre mulheres e natureza), compreende-se que no capitalismo, a produção e reprodução do corpo feminino e do trabalho de mulheres é explorada e apropriada pela sociedade como se mulheres fossem parte da natureza, separadas dos homens (Bauhardt, 2018). Assim, enquanto que homens classificam trabalho como atividade para remuneração, para mulheres a classificação é mais ampla, tendo valores materiais e imateriais (Bauhardt, 2018).

Seguindo essa lógica, as responsabilidades femininas domésticas não remuneradas, como cuidar dos filhos e coletar água, é chamada de economia do cuidado ou trabalho de subsistência não remunerado (Folbre, 2006), na qual mulheres, por determinação dos papéis de gênero pela sociedade, ficam responsáveis pelas tarefas de necessidades humanas básicas (Bauhardt, 2018). Pela divisão dos papéis de gênero, as mulheres acabam por cuidar da saúde familiar, fazendo com que percebam problemas na qualidade da água, poluída pela urbanização, industrialização e mineração, levando a doenças e contaminações na população (Rico, 1998).

Entretanto, é necessário destacar que a presença de mulheres em resoluções e soluções devem ir além da discussão do uso prático da água, pensando nas relações de poder entre homens e mulheres (Dickin; Carreta, 2022). O aprofundamento das discussões das mulheres perpassa trabalhos informais e precários, no qual tecnologias para melhorar a distribuição e saneamento não reduzem as desigualdades, apenas transformam as maneiras de exclusão feminina (Dickin; Carreta, 2022).

Dickin e Carreta (2022) refletem sobre se a inclusão das mulheres em espaços de tomada de decisões é um caminho efetivo para endereçar as desigualdades de gênero e os direitos humanos à água, enfatizando o desequilíbrio nessas dinâmicas (água passa a ser um recurso estratégico) e o reforço do binarismo e papéis de gênero nesses espaços.

Grande parte da instrumentação de acordos internacionais e políticas nacionais para água e mulheres busca facilitar ações para a disponibilização da água em ambientes domésticos, não pensando em mudanças de caráter estrutural nas divisões de trabalho e papéis de gênero ((Mujer y Medio Ambiente, 2008). Essa falta de políticas de caráter estrutural acabam por reforçar as violências de gênero hídricas, que são entendidas como manobras econômicas, políticas e sociais que determinam o acesso à água, seja através do preço, da quantidade ou quando teria água (Nunbogu; Elliott, 2021).

As autoras Vivienne Bennett, Sonia Dávila-Poblete e María Nieves Rico (2008) discutem como o desenvolvimento da água e políticas são, com frequência, trabalhados em uma chave de gênero neutro (baseadas e que beneficiam homens), quando na realidade, pelos diferentes papéis exercidos e necessidades, as mulheres têm diferentes critérios para avaliação de políticas e propostas hídricas.

Por exemplo, políticas relacionadas ao aumento de acesso à água e saneamento beneficiam mulheres diretamente (principalmente pelo tempo gasto semanalmente na coleta e tratamento da água para ser própria para o consumo), resultando em um aumento da renda e melhora da saúde (Bennett *et al*, 2008). É analisado que o racionamento de água prejudica o trabalho doméstico feminino na dimensão da água, enquanto que homens não têm seus trabalhos diretamente afetados, pois em sua maioria trabalham externamente (Bennett *et al*, 2008).

Para Maria Nieves Rico (1998), a dificuldade de conectar políticas hídricas com a dimensão de gênero na América Latina decorrem de questões como falta de dados e falta de mecanismos institucionais políticos para integrar as duas áreas. Ademais, três fatores devem ser observados ao pensar políticas de água: como mulheres são impactadas de maneiras diferentes de homens em políticas hídricas, como as desigualdades de gênero impactam na

eficiência do setor, e como o empoderamento de mulheres, econômico, social e político, contribuem para o desenvolvimento sustentável da Governança (Rico, 1998).

Bennett *et al* (2008) entendem que políticas hídricas bem sucedidas estão relacionadas à compreensão da comunidade, por meio do reconhecimento de heterogeneidade e as prioridades de uso; a facilitação da participação, pois são mudanças que alteram a cultura e as dinâmicas sociais, e a garantia de igualdade na gestão da água, compreendendo que uma abordagem de gênero neutro não é possível (Bennett *et al*, 2008). Também, reconhecem (2008) que projetos hídricos alteram dinâmicas de poder, levando a mudanças sociais e culturais.

Para garantir uma verdadeira inserção das mulheres nas decisões é necessário garantir que a participação feminina seja feita por meio de leis, organizações e infraestruturas que garantam a redução do *gap* de gênero e explicitem as necessidades específicas, legitimando espaços para mulheres articularem e defenderem seus interesses hídricos (Bennett *et al*, 2008).

Desta forma, a compreensão da discussão das formas em que as dinâmicas de gênero se desenvolvem e são presentes na sociedade e na Governança Hídrica, que determinam o acesso à água e ao ambiente político de tomada de decisões (e de manifestações contrárias às formas de gestão, uso da água, e de exploração), torna-se necessária para a compreensão da discussão sobre os impactos de conflitos hídricos, de caráter minerador, represas/hidrelétricas ou por contaminação da água, para as mulheres e suas (in)visibilidades neste cenário.

2.2 Exploração e Conflitos Ambientais-Hídricos

Os extrativismos são práticas existentes na América Latina desde o período colonial, de subordinação às metrópoles, por meio da exploração ambiental e social, definindo como o desenvolvimento o modelo capitalista contemporâneo de acumulação, por meio de matérias primas advindas das colônias (Svampa, 2021). Na América Latina, com os processos de globalização, políticas relacionadas à água e gênero estão diretamente ligadas ao neoliberalismo, com propostas de privatização com a justificativa de melhor alocamento de recursos e melhora ao acesso, causando aumento de tarifas (Bennett *et al*, 2008).

No século 21, Svampa (2021) argumenta que o desenvolvimento dos *neoextrativismos* ampliaram as fronteiras da mercantilização e super exploração da natureza, levando ao aumento de zonas de mineração, represas e hidrelétricas, e agravando a crise climática, a

destruição de ecossistemas e desconsiderando a escassez e os impactos socioambientais (Svampa, 2020).

O processo do *neoextrativismo* está dividido em três fases. De acordo com Svampa (2020), a primeira fase foi a do crescimento das *commodities*, na qual os extrativismos passam a ser vistos como a solução para o crescimento econômico e desenvolvimento dos países; a segunda fase corresponde à multiplicação dos *megaprojetos* (de mineração, hidrelétricas, agrários) e da multiplicação de resistências sociais. A terceira fase é marcada pela desvalorização das *commodities*, fazendo com que os governos latinoamericanos ampliassem os *megaprojetos* extrativistas, que tornam-se agentes de ocupação territorial, desvalorizando culturas, tradições e *habitats* (Svampa, 2020).

Dessa forma, o *neoextrativismo* pode ser entendido como um movimento sociopolítico e territorial, não somente econômico, em escalas locais, nacionais e regionais (Svampa, 2020). Adaptação das políticas *extrativistas*, datadas dos períodos coloniais na América Latina, para o modelo de acumulação contemporâneo que demanda cada vez mais quantidade de matérias-primas e energia (baixa diversificação da produção com objetivo de exportação), levando a super exploração de bens naturais, territórios e populações (Svampa, 2020). Ademais, a dinâmica que se apresenta neste modelo redefine a dinâmica territorial por meio de uma ocupação extensiva, levando ao deslocamento de populações e redefinindo disputas por terra (Svampa, 2020).

Estes processos de exploração para o desenvolvimento econômico aprofundam as assimetrias sociais e ambientais entre Norte e Sul global, que pelos padrões econômicos exportadores, reforçam a primarização das economias menos industriais/tecnológicas (Svampa 2021). Além disso, Svampa (2021) argumenta que as formas de acumulação e apropriação da água na expansão extrativista foram exacerbadas, seja por sobre consumo, concentração, privatização ou contaminação. Também, enfatiza a relação entre mineração, uso de água e hidrelétricas (necessidade de energia nos processos mineiros) (Svampa, 2021).

Adicionadas às assimetrias entre Norte e Sul global, as dinâmicas extrativistas reconfiguram e transformam as vidas dos locais (campesinos, indígenas, quilombolas), evidenciando as desigualdades de gênero (sociais, ambientais, econômicas, políticas) e aumentando as violências contra mulheres (apropriação e despossessão dos corpos-territórios) (Ulloa, 2016). A mineração, segundo Ulloa (2016), privilegia a presença masculina nos espaços de trabalho, gerando exclusão de mulheres (dinâmica público homens-privado/doméstico mulheres) e transformação do cotidiano (cuidado com a família, gerenciamento ambiental, mudança da dinâmica de poder de casais).

Por conta da expansão da exploração exportadora, os conflitos ambientais foram se multiplicando, levando a criação e disseminação de grupos mobilizadores contrários à degradação da natureza (Svampa, 2021). E, o acirramento dos conflitos tem levado a assassinatos de líderes e ativistas, além da criminalização de protestos e militarização dos espaços (Villarreal-Villamar; Muñoz, 2018). Ademais, Ulloa (2016) enfatiza que as violências contra mulheres não ocorrem somente pelas repressões de manifestações contra práticas exploratórias, como também, pelas violências diárias e impedimento de acesso aos recursos naturais, que configuram como meios de subsistência.

García-Torrez *et al* (2023) argumentam que, para a legitimação, aprovação e apoio dos megaprojetos nos territórios, há a necessidade de planejamento territorial e cooptação de lideranças locais, por meio de ofertas de salários para a população local masculina, “constituindo um instrumento de integração à sociedade nacional e aos cânones de masculinidade hegemônica” (García-Torrez *et al*, 2023, p.37). Ademais, este mecanismo salarial faz com que as dinâmicas de gênero se tornem mais desiguais (aumento do trabalho do cuidado, violências, perda de soberania alimentar), pois dá mais poder ao homem no ambiente familiar/doméstico e nas comunidades, aumentando a dependência de mulheres (García-Torrez *et al*, 2023).

Pela ampliação dos *megaprojetos*, houve o aumento de conflitos ambientais, levando a criminalização de manifestações/protestos e aumentando a violência estatal e paraestatal, destacando mortes de ativistas mulheres que se opõem ao *neoextrativismos* (Svampa, 2020).

Assim como Svampa (2020), Souza (2019) argumenta que, quando trata-se de análises ambientais, os conflitos sempre serão sociais, tendo como pano de fundo as assimetrias de poder, pois são expressões das relações de poder na sociedade que ditam como os indivíduos serão impactados. Como as injustiças ambientais, que são entendidas como qualquer ônus advindo de explorações, do uso de recursos e de geração de resíduos que são distribuídos, que impactam de maneira assimétrica, em função de gênero, classe e raça, levando a desigualdade nas exposições dos riscos (Souza, 2019).

Além disso, Svampa (2020) reforça que onde há explorações ambientais, há a intensificação de problemáticas sociais, que, como consequência, acentua estereótipos de divisão sexual do trabalho, agravando a desigualdade de gênero, fortalecendo violências existentes e papéis de gênero determinados (homem como provedor, mulher como dona de casa e cuidadora) e arrefece ações comunitárias. Assim, a compreensão da existente relação entre a sociedade e conflitos ambientais, possibilita a análise de situações e impactos que

indivíduos ou grupos sociais são submetidos diante da exploração do meio ambiente ou cenários de privações (Zhour, 2013).

Para Svampa (2020), os conflitos ambientais são marcados pelo controle do acesso, dos bens naturais e do território, reforçando as assimetrias de poder, como as desigualdades no acesso aos recursos, na distribuição dos ônus e riscos ambientais, advindos do desenvolvimento econômico, refletindo diretamente em temas de justiça ambiental e no ambientalismo (Zhour, 2013). Svampa (2020) destaca que este cenário levou as resistências sociais a serem mais ativas e organizadas.

Deste cenário, desenvolve-se as redes de justiça ambiental, que pautam as desigualdades dos custos ambientais, falta de participação e de democracia, racismo ambiental, injustiças de gênero (Svampa, 2020). Enfatiza-se aumento do protagonismo de mulheres indígenas, camponesas, negras, pobres (de áreas urbanas e rurais), associados aos setores marginais e questionadores da visão individualistas e ocidentais, em prol de ações coletivas e comunitárias, sendo o feminismo comunitário o principal expoente (Svampa, 2020).

Assim, enfatiza-se que o protagonismo feminino em favor de lutas eco territorialistas é presente em toda a América Latina, por meio de denúncias e de testemunhos, e do embate ao pensamento desenvolvimentista e da construção de uma diferente relação com a natureza, na qual o ser humano faz parte da natureza, não está separado dela (Svampa, 2020), ainda que haja pouca visibilidade das ações de mulheres, como será argumentado ao longo do trabalho. Autoras como Vandana Shiva e Maria Mies (1998) tratam como *ecofeminismo de sobrevivência*, o qual entende que a luta de mulheres em defesa da saúde, da subsistência, do território levou a criação de vínculos entre mulheres, feminismo, ambientalismo e ecologia, na compreensão da perspectiva do ecofeminismo como pilar para análise destas conexões (Svampa, 2020).

Para autores como García-Torrez *et al* (2023), a defesa dos territórios/da terra está profundamente ligada à identidade e aos meios de reprodução da vida, como o cultivo e a água, por meio de dinâmicas comunitárias e das mulheres. Assim, argumentam que há necessidade na aplicação de um olhar feminista para a compreensão das dinâmicas nos espaços, para que haja entendimento do porquê existem resistências femininas e do vínculo entre os territórios explorados e as lutas pelos corpos feminilizados (principalmente, pela relação entre a violência contra mulheres e a expropriação de territórios explorados) (García-Torrez *et al*, 2023).

2.3 Revisão Bibliográfica de Estudos de Casos: Impactos Materiais e Imateriais dos Conflitos Hídricos nas Mulheres

Por conta da expansão da exploração exportadora (terceira fase dos *neoextrativismos*), os conflitos ambientais foram se multiplicando, levando a criação e disseminação de grupos mobilizadores contrários à degradação da natureza (Svampa. 2021). A leitura de Ecologia Política sobre os conflitos é de que, para os afetados, esses embates são uma forma de luta pelo acesso e controle dos recursos naturais, contra a exploração e a favor de modos tradicionais de vivências nos territórios, da reapropriação da natureza, da reinvenção das territorialidades e que revela dinâmicas de resistência (Empinotti *et al*, 2021). Dessa forma, há a compreensão de que os conflitos são produtivos para a construção das lutas por justiça ambiental, disputando narrativas, abrindo caminhos para reflexões e ações e dando protagonismo para populações marginalizadas nos contextos exploratórios (Empinotti *et al*, 2021).

Martinez Alier *et al* (2018) utiliza do termo “conflito de distribuição ecológica” como um conceito de ações coletivas (petições, bloqueios, demonstrações), suscitadas por danos já feitos (ou na iminência) ao meio ambiente impactando diretamente em comunidades locais (Martinez Alier *et al*, 2018). O objetivo principal é a parada ou prevenção dos danos por meio do apelo à sociedade civil, a mídia, a opinião pública, órgãos governamentais e atores privados (Martinez Alier *et al*, 2018).

Além disso, esse conceito é desenvolvido para além da distribuição da lógica econômica, pois considera as distribuições ecológicas e suas desigualdades (desequilíbrio de exposição à contaminação ou acesso à recursos devido à questões de raça, classe, gênero) como essenciais nas análises de impactos ambientais (Martinez Alier *et al*, 2018).

Assim, conflitos ecológicos, diferentemente de outros tipos de conflitos, não buscam apenas compensação econômica, mas sim mudanças em explorações desiguais de recursos, advindas da lógica de exploração capitalista (Martinez Alier *et al*, 2018). Reforçando a argumentação de Empinotti *et al* (2021) de que “as periferias globais são locais de enfrentamentos de populações em defesa dos seus territórios contra a expansão das fronteiras de exploração de recursos naturais” (Empinotti *et al*, 2021, p. 7).

Os estudos de casos e entrevistas encontrados, no Google Scholar e Scielo, em sua maioria, determinam a mineração como prática danosa à água e ao cotidiano feminino, e uma das principais geradoras de conflitos ambientais-hídricos. Dessa forma, por meio do trabalho de Pena (2022), Vázquez García *et al* (2020), Vázquez García, Godínez (2022), Vázquez

García (2021) e Vieira-Bravo (2021), serão apresentados argumentos de mulheres entrevistadas sobre os impactos da mineração na vida delas.

Pena (2022) discute a exploração em Santiago del Estero, Argentina, refletindo a consolidação da lógica de exploração exportadora, gerando impactos em regiões argentinas anteriormente consideradas improdutivas, porém com vidas cotidianas dependentes dos recursos locais.

Como reação, as mulheres campesino-indígenas passaram a se organizar contra, por meio de protestos e ações de resiliência/proteção da natureza/defesa territorial, os contaminantes descartados nas águas e absorvidos por lençóis freáticos, advindos da agricultura (Pena, 2022). As principais ações de mobilização de mulheres (são mais prejudicadas pela contaminação e escassez da água) são feitas a partir do armazenamento de água da chuva (políticas sanitárias e educativas) e da representatividade política/organizacional local (Pena, 2022).

Assim como Pena (2022), que descreve a necessidade de soluções alternativas para a conservação hídrica na Argentina pela contaminação da água pelo *neoextrativismo*, Vázquez García [2020, 2021, 2022], em seus textos baseados em entrevistas com mulheres do México, retrata as dificuldades e conflitos hídricos sofridos por conta da mineração. Vázquez García *et al* (2020) introduz a discussão enfatizando as políticas econômicas mexicanas, e a priorização da mineração e os consequentes conflitos ambientais que surgem decorrentes da exploração. Em Zacatecas e Pueblas, Vázquez *et al* (2020) observa as mobilizações de mulheres feitas contra as explorações e as formas como elas se organizam, por meio de redes e de encontros.

É destacado neste texto (2020) que existem cinco temas principais que levam a união da agenda de gênero ao combate contra a mineração. O primeiro refere-se à perda de terras (para produção alimentar) ou de acesso à água; o segundo é sobre saúde, pela contaminação sofrida e que deriva em mais trabalho para mulheres; o terceiro tema é a dependência financeira (vulnerabilidade e possibilidade de violência) que a mineração gera por ser um ambiente estruturalmente masculino; o quarto é a exploração sexual de mulheres e meninas pelo aumento da população masculina no local e encarecimento da vida; e o quinto é sobre diminuição, importância e violência que mulheres sofrem quando decidem se manifestar contrariamente (Vázquez García *et al*, 2020).

Dessa forma, por conta das questões de falta de acesso à água potável, problemas de saúde (cutâneos, respiratórios), efeitos negativos sobre a sociedade e natureza, as mulheres, de Zacatecas e Pueblas, passaram a se mobilizar colocando como pauta principal a saúde, principalmente dos filhos (Vázquez García *et al*, 2020). Assim como nestas duas localidades,

os municípios de Acocayagua e Escuintla, em Soconusco no México, tiveram mobilizações de mulheres frente a mineração, principalmente pela contaminação dos rios, danos ao meio ambiente, impactos na saúde e também, para a suspensão da mina (Vázquez García; Godínez, 2022).

Outro caso, também explorado por Vázquez García (2021), foi a necessidade de consumo de água engarrafada pela contaminação mineira na bacia do rio Sonora e o impacto sofrido pelas mulheres (desigualdade no acesso/qualidade da água e pelo distanciamento nas comunidades). Esta contaminação gerou escassez hídrica, pelo fechamento de poços, e também, gerou o aumento do trabalho de cuidado de mulheres, pois escolas suspenderam as aulas pela falta de água e tiveram que encontrar alternativas para conseguir água (Vázquez García, 2021).

O texto de Vieira-Bravo (2021), que entrevista duas ativistas indígenas, Berta Cáceres (assassinada em 2016) e Miriam Miranda, expõe os desafios que as comunidades indígenas marginalizadas enfrentam frente a privatização dos rios para empresas privadas (inundação de territórios indígenas e alteração dos ciclos de vida local), com a projeção de construção de mais de 300 represas hidrelétricas em Honduras (VIEIRA-BRAVO *et al*, 2021). Ademais, pela oposição dessas comunidades, que compreendem os rios como sagrados e parte da sobrevivência, esses projetos são acompanhados de militarização e criminalização da população local e de protestos, prendendo e assassinando ativistas indígenas (VIEIRA-BRAVO *et al*, 2021).

Outros textos utilizados na revisão, que, também, discutem as experiências de mulheres frente à exploração mineira, são artigos da Argentina, Chile e Peru, de Bottaro *et al* (2014), Isla (2017), Bilder (2013).

No Peru, Isla (2017) estuda o caso do movimento de justiça ambiental criado após a decisão de expansão do território de mineração com objetivos econômicos, em um território que já era explorado desde os anos 1990, aumentando os diversos impactos ambientais, a contaminação de rios e lagos que abastecem as populações locais. Assim, foram mobilizados grupos campesinos (mulheres com particular interesse na água pelo uso doméstico), povos indígenas e ONGs (educam, organizam e mobilizam pessoas contra a expansão da mineração) contra o projeto pensado pelo Estado peruano, empresas privadas e organizações como o Banco Mundial (Isla, 2017).

Assim como Isla (2017), Bottaro *et al* (2014) enfatiza que o aumento de conflitos ambientais/hídricos na América Latina está diretamente relacionado com o aumento das atividades exploratórias mineiras na região, ainda mais em casos de déficit hídrico e escassez

do recurso, como é o caso do Chile e Argentina, usados como comparação na construção do texto. Estes dois países, por dividirem fronteiras, facilitam a exploração de minerais (Bottaro *et al*, 2014). Dessa forma, a mobilização local assume um papel central no combate ao extrativismo, degradação ambiental e piora na qualidade de vida, com campanhas voltadas para a preservação (Bottaro *et al*, 2014).

Tal qual Bottaro *et al* (2014), Bilden (2013) reforça a importância e participação de mulheres na luta contra a mineração na Argentina, enfatizando a interseccionalidade do movimento (raça, classe social, idade, instrução, urbano e rural), o reconhecimento da necessidade de conservação do ambiente e a forma de organização, que ocorre por meio de assembleias de vizinhos e organizações sociais que se relacionam em redes nacionais. A autora (2013) reforça que essa luta representa caráter material e simbólico para as participantes.

Por fim, foram encontrados textos que discutem o impacto de inundações de áreas residências por represas no México de Gómez-Fuentes (2009), no Chile com García-Valenzuela (2022) e no Brasil com Costa Silva *et al* (2019), e um texto que discute o papel das mulheres na Guerra da Água em Cochabamba, na Bolívia, de Beltrán (2003), frente à privatização do recurso.

Bilden (2013) reflete sobre o caráter imaterial simbólico das lutas femininas contra a mineração na Argentina, e, este tipo de simbologia também é presente no texto de García-Valenzuela (2022). A autora (2022) discorre sobre como as mulheres indígenas sofrem ao terem a perspectiva de inundação de seus territórios, que representam não apenas a natureza, mas a cultura e práticas diárias da comunidade, pela construção de uma hidrelétrica. Dessa forma, é estudada a maneira como o sentir/pensar destas mulheres influencia na resistência territorial (protestos e manifestações contrárias) organizada para evitar a construção da hidrelétrica Água Viva, na bacia do rio Renaico, território mapuche (García-Valenzuela, 2022).

No Brasil, com o texto de Costa Silva *et al* (2019), a análise do impacto da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (Pará) para as mulheres da vila São Antônio mostra que é um ponto central a compreensão da existência específica de impactos materiais, como a desterritorialização (mudança dos meios de vida), e dos impactos imateriais, como perda de formas tradicionais de vida, lembranças e sentimentos, para mulheres.

Assim como no Chile e Brasil, campesinos mazahuas (comunidade indígena) no México sofreram com a inundação de seus territórios (levando a perda do cultivo) para a construção de hidrelétrica (Gómez-Fuentes, 2009). Organizaram-se para protestar e negociar

contra o *megaprojeto* e as mulheres tornaram-se as protagonistas do movimento, por meio do Exército Zapatista de Mulheres para a Defesa da Água (EZMDA), gerando visibilidade para o movimento local e internacionalmente, além de reforçar a dimensão de gênero presente nos conflitos hídricos (Gómez-Fuentes, 2009).

Além do Chile e do México, a Guerra da Água em Cochabamba, na Bolívia, é um caso emblemático para a compreensão da luta das mulheres frente à privação de água. A privatização e consequente aumento tarifário, além da histórica escassez e desigualdade na distribuição do recurso (ações de mulheres para melhoramento do abastecimento comunitário), levaram a mobilizações e enfrentamento desta política pública na Bolívia (Beltrán, 2003). Dessa forma, as mulheres, tanto urbanas como rurais, passaram a liderar os movimentos, por meio de negociações, barricadas, na comunicação e criação/manutenção de redes (Beltrán, 2003). Por fim, o contrato de privatização foi cancelado e a distribuição de água e saneamento foi ampliada (Beltrán, 2003).

A partir desta revisão, usando textos de estudos de casos e entrevistas, alguns pontos destacam-se: a ampliação e a superexploração da natureza para fins econômicos são as principais causadoras de conflitos ambientais-hídricos, agravando assimetrias sociais e econômicas e reconfigurando dinâmicas locais (evidenciam e aumentam desigualdades e violências de gênero); a contaminação, perda de terras cultiváveis, desterritorialização e dificuldade de acesso à água são alguns dos problemas mais relatados nos textos, porém, também, retratam a existência de impactos imateriais para as mulheres (mudanças em tradições, hábitos e culturas). Por fim, evidencia-se a organização e resistência das mulheres contrária à cooptação da água pelos Estados e empresas privadas, reforçando que os conflitos são produtivos para a luta e visibilidade das mulheres nos espaços de disputas e de injustiças sociais.

2.4 Perspectiva Teórica: Ecologia Política Feminista Latinoamericana

A Ecologia Política (EP) é compreendida como um campo de estudos críticos que entende que a natureza é sujeita aos domínios do modo de produção econômico e da ciência, tornando o meio ambiente um campo de disputa e apropriação (Oyarzún; Álvarez, 2019). Portanto, a partir dessa arena de disputas, há a criação de espaços para movimentos sociais e a exposição de desigualdades ambientais, políticas, sociais (Ulloa, 2020). A Ecologia Política Latinoamericana (EPL) se desenvolve adicionando a colonização e as relações de poder como

definidoras das relações na EPL e promotoras de desigualdades sócio ambientais (Oyarzún; Álvarez, 2019).

Ainda que a EPL tenha se debruçado em peso nas relações de poder e dinâmicas Norte-Sul, a dimensão de gênero e outras formas de heterogeneidade não são abordadas de maneira a enfatizar as violências específicas causadas por dinâmicas estruturais (Oyarzún; Álvarez, 2019). Dessa forma, a Ecologia Política Feminista (EPF) adota um posicionamento crítico na relação entre gênero e meio ambiente, como a construção de “gênero” no mundo ocidental (binarismo e a conexão entre dominação de mulheres e da natureza) (Ulloa, 2020) e na ecologia (abordando processos e vivências diferenciadas ao acesso e gerenciamento de recursos) e em visibilizar outras formas de conhecimento (principalmente de populações originárias) (Oyarzún; Álvarez, 2019).

A EPF tem início nos anos 1970, quando ativistas e acadêmicas passam a pensar as teorias feministas e o desenvolvimento de forma conjunta, por conta de políticas econômicas no Sul global (Oyarzún; Álvarez, 2019). Assim, passam a identificar que existem diferenças nas experiências, responsabilidades e interesses de mulheres e homens em relação à natureza, advindas da construção social dos papéis de gênero (variando pela cultura, raça ou classe) e dinâmicas de poder, e não da biologia (Oyarzún; Álvarez, 2019).

Segundo Elmhirst e Hidalgo (2017), grande parte dos estudos de EPF tem como base questões permeando o acesso, gerenciamento e controle de recursos, sustentando-se no viés clássico marxista de Ecologia Política. Assim, a teoria amplia-se para pensar nas formas como o capitalismo produz e transforma a natureza, e sua intersecção com a hierarquização de gênero (Elmhirst; Hidalgo, 2017), destacando as relações de poder em níveis domésticos e globais (Oyarzún; Álvarez, 2019).

Outros vieses são os estudos sobre as diferenças de impacto das mudanças climáticas e ações para adaptação, e também, as relações cotidianas com os recursos e a natureza (Oyarzún; Álvarez, 2019). Ademais, a EPF busca entender as maneiras como as mulheres têm agência política nos ambientes, muitas vezes através de práticas locais e domésticas, e suas invisibilidades (Oyarzún; Álvarez, 2019).

Assim, EPF desenvolve seus estudos observando como as comunidades respondem às mudanças do meio ambiente, analisando como as dinâmicas de poder funcionam em negociações e divisões dos gerenciamentos econômicos e de recursos (Clement *et al*, 2019). Ademais, a perspectiva da Ecologia Política Feminista atenta-se as formas como as práticas de opressão acontecem, bem como, as práticas de ajuda e negociação criam sistemas justos de relação sociais e da natureza (Clement *et al*, 2019).

Os autores Clement *et al* (2019) argumentam que a compreensão das formas como o local e o global, e o humano e meio ambiente estão inter relacionados, é necessária para desenvolver metodologias que examinem questões climáticas, econômicas e ambientais. E a EPF argumenta que essas inter relações operam a partir de dinâmicas de gênero e outras dinâmicas de poder, muitas vezes invisíveis, criando interdependências entre processos ecológicos, econômicos, políticos, comunitários, de organizações, que reforçam desigualdades (Clement *et al*, 2019).

Segundo Clement *et al* (2019), acadêmicas de Ecologia Política Feminista são interessadas em como ações coletivas, propulsadas por preocupações de justiça social, e conflitos fazem a interseccção com processos de empoderamento e como as subjetividades se comportam na expressão de participação em movimentos ambientais.

A EPF é um campo que abarca as teorias sobre as relações sociais de poder associadas à natureza, à cultura e à economia, utilizando de epistemologias, métodos e valores feministas, nos quais são identificadas concepções e práticas masculinas de conhecimento e de autoridade, ao mesmo tempo que buscam definir maneiras de empoderar e promover transformações sociais e ecológicas para mulheres e grupos marginalizados (Elmhirst; Hidalgo, 2017).

A construção de um pensamento EPF da América Latina, perpassa pelas experiências e construção do pensamento a partir de mulheres latinas, diferenciando-se do pensamento de mulheres acadêmicas do Norte global (Oyarzún; Álvarez, 2019). A construção deste pensamento regional une-se ao pensamento ecofeminista latinoamericano, que tem na sua compreensão a relação entre opressão das mulheres e exploração da natureza, e a feminilização das lutas sociais ambientais na América Latina (Oyarzún; Álvarez, 2019).

O ecofeminismo surge, nos anos 1990, como uma resposta política aos problemas de degradação, exploração e destruição do meio ambiente, sendo a adição do pensamento feminista ao movimento ecologista, principalmente pelo paralelo entre a dominação do homem sobre a mulher, e do humano sobre a natureza (Guerrero, 2010). Dessa forma, expõe e enfatiza problemas que afetam diretamente mulheres do Sul global, por conta do desenvolvimento exploratório dessas economias, e também, exporta conhecimentos, práticas e gestão mais eficientes/melhores de mulheres sobre os recursos da natureza (Guerrero, 2010).

Assim, os estudos da Ecologia Política Feminista Latinoamericana (EPFL) tem como base a lógica colonial de exploração dos recursos, no modelo econômico do extrativismo colonial e neoliberalismo, e as dinâmicas de desigualdade social de gênero que se estabelecem (Ulloa, 2020). Abordando discussões dos feminismos autônomos, comunitários e decoloniais,

com lideranças de mulheres (indígenas, afrodescendentes, rurais) em questões ambientais, como forma de argumentar sobre as opressões sofridas e por alternativas diferentes das políticas econômicas e sociais já estabelecidas (Ulloa, 2020).

A definição de gênero que é estabelecida por acadêmicas pós coloniais e decoloniais ultrapassa as noções de gênero como categoria binária, de homens e mulheres e seus papéis, para a compreensão de subjetividades como raça e classe (Mollett; Faria, 2013). Para as autoras Mollett e Faria (2013), a interseccionalidade entre os conceitos de EPF e o pós-colonialismo são refletidas pela forma com que o patriarcado e o racismo estão estruturados na relação do humano com o meio ambiente.

Dessa forma, a EPF pós colonial tem priorizado os papéis de gênero e suas desigualdades, assim como, o patriarcado, para na sua interseccionalidade com raça e classe, explicar que essas categorias são determinantes no acesso à recursos e em como os direitos ao meio ambiente são estabelecidos (Mollett; Faria, 2013). Também, deve-se considerar que as subjetividades de gênero estão em constante mudança por conjunturas sociais, políticas, ambientais (Mollett; Faria, 2013). Enfatiza-se que as estruturas de poder influenciam na produção de conhecimento (como no gerenciamento diário das mulheres sobre os recursos) e na legitimidade institucional, principalmente pela forma como estruturalmente moldam as relações culturais, econômicas e sociais (Clement *et al*, 2019).

3 MAPAS DE CONFLITOS: EJ ATLAS, FIOCRUZ E OCMAL

A transição da seção teórica para esta seção visa contrastar a revisão bibliográfica, que evidencia a participação e aparição das mulheres e suas intersecções de raça e classe nos conflitos hídricos, com os mapas de conflitos (EJ Atlas, FIOCRUZ e OCMAL), que através de uma pesquisa empírica, reforça a invisibilidade de mulheres em conflitos hídricos na América Latina.

A pesquisa em mapas de conflitos surgiu pelo entendimento de limitação na Governança Hídrica institucional de gênero, que baseada no acesso ao recurso para mulheres, desconsidera outras questões da análise da invisibilidade das mulheres. Principalmente: nas desigualdades no gerenciamento, em tomadas de decisões e no protagonismo como lideranças e nas lutas por justiça ambiental; e na estruturação dos conflitos ambientais-hídricos na América Latina (exploração neoliberal e de *megaprojetos* e sua relação com mulheres, afetadas pela exploração direta e indireta do recurso), vistos na seção 2.

Dessa forma, buscou-se outros mecanismos de pesquisas que pudessem evidenciar as dinâmicas de intersecção entre gênero e conflitos ambientais-hídricos. Por meio de uma metodologia (que respeitou o funcionamento e limitações dos mapas), foram pesquisados e quantificados os casos onde há registro da participação ativa de mulheres, como em protestos e outras ações políticas (propostas de gerenciamento hídrico, prisões, assassinatos). Os mapas de conflitos utilizados (EJ ATLAS, FIOCRUZ e OCMAL) mostram que existe uma dificuldade em evidenciar a participação de mulheres nos conflitos, muitas vezes tornando homogêneos os afetados, desconsiderando os impactos diferenciados.

3.1 EJ ATLAS

Segundo Martinez Alier *et al* (2018), a criação da plataforma EJ Atlas, batizada em referência ao discurso e movimento nascido nos Estados Unidos nos anos 1980 de justiça ambiental, foi baseada em bancos de dados de organizações já atuantes no tema, que tinham suas próprias pesquisas, como a Fiocruz e a Oilwatch. Essas bases de dados das organizações continham evidências empíricas dos impactos dos extrativismos a partir de análises de ativistas dos conflitos ambientais, sendo uma forma de expor as interações entre processos globais e condições sociais e ecológicas locais (Martinez Alier *et al*, 2018).

Martinez Alier *et al* (2018) discorrem que o EJ Atlas foi concebido como uma maneira de compartilhar informações de conflitos e de atuação de ativistas, criando uma rede de

conexão global que funciona como ferramenta para ativismos, *advocacy*, pesquisa e educação. Idealizado como uma maneira de sistematização de dados e de ferramenta de pesquisa e análise de conflitos ambientais, possibilitando a compreensão de padrões de conflitos, relações entre casos, atuações de atores em diferentes lugares, apoio e contribuição para um movimento de justiça ambiental global coeso (Martinez Alier *et al*, 2018).

De acordo com os autores (2018), o Atlas tem cinco objetivos principais: servir como ferramenta para ativistas e *advocacy*; ajudar na visibilidade e denúncia de casos de justiça ambiental; encorajar a troca de experiências e diálogo; *networking* entre movimentos; e contribuir para a criação de novos conhecimentos usando a perspectiva de justiça ambiental.

O EJ Atlas é entendido como constituinte de um grande inventário de conflitos ambientais existentes no mundo, documentando e analisando resistências aos extrativismos e poluições; defesas territoriais contra mineração, represas, desmatamento; protestos contra megaprojetos e gentrificação; são mobilizações contra as destruições sociais, ambientais, culturais e de saúde impactadas por esses projetos (Martinez Alier *et al*, 2018). Os dados são adicionados no Atlas por meio de uma plataforma colaborativa online, sendo revisados antes da publicação (Martinez Alier *et al*, 2018).

De acordo com os autores (2018), os casos escolhidos precisam cumprir pelo menos um dos três critérios definidos: estar de acordo com a opinião de ativistas e organizações ambientais no país, região da área temática; cobertura da mídia; e, tamanho do projeto, do investimento, escala do impacto e intensidade do conflito. O objetivo é documentar os casos mais relevantes por país e por eixo de conflito, sendo assim, os casos com maior visibilidade, recentes, e com grandes desigualdades ambientais (Martinez Alier *et al*, 2018).

As informações advêm de instituições públicas, grupos locais de ativistas, acadêmicos, empresas, *blogs*, revistas e jornais (Martinez Alier *et al*, 2018). Ademais, todos os casos têm o mesmo modelo, colocando o nome e a geolocalização; a descrição geral do conflito; os impactos sociais, ambientais e de saúde; atores e formas de mobilização (Martinez Alier *et al*, 2018).

Conforme Martinez Alier *et al* (2018), uma das principais contribuições do Atlas é a exposição de como impactos ambientais destrutivos estão distribuídos de maneira desigual entre países e localmente, em regiões cuja populações impactadas são grupos indígenas e comunidades pobres, e suas formas de violências e repressões. Expondo formas de compreensão de *agency* de movimentos sociais ambientais e maneiras para organizar e difundir os movimentos transnacionalmente, com o objetivo de alcançar mais igualdade e relações sustentáveis entre humanos e natureza (Martinez Alier *et al*, 2018).

Para este trabalho, busca-se entender a invisibilidade das mulheres em conflitos hídricos na América Latina, a partir da ótica da Ecologia Política Feminista Latinoamericana, teorizando a relação de opressão das mulheres e exploração da natureza pelos megaprojetos (identificado como principal causa de conflitos), e a feminilização das lutas sociais ambientais na América Latina (Oyarzún; Álvarez, 2019). O EJ Atlas é utilizado como ferramenta de pesquisa de casos de conflitos ambientais hídricos que impactam em mulheres para constituir a parcela empírica e fornecer dimensão para a bibliografia teórica pesquisada.

A metodologia aplicada para encontrar os casos que se relacionassem à temática foi feita por meio de filtros, estabelecendo três deles. O primeiro refere-se a região do conflito, dividido em três pesquisas referentes a *South America*, *Meso america* e *Caribbean*, compreendidas como as três regiões da América Latina no Atlas. O segundo filtro aplicado foi de *mobilizing group*, filtrando para conflitos com a atuação de mulheres.

O terceiro, e último, filtro foi de tipo de conflito, aplicando *water access rights and entitlements*, referência direta a complexidade da relação de gênero e água que o trabalho pretende abarcar, enfatizando as diferenças nos papéis de gênero e seu impacto no gerenciamento do recurso (homens responsáveis pela tomada de decisões, mulheres responsáveis pelas tarefas de necessidades humanas básicas, como coleta de água e seu uso na cozinha e em higiene básica), além de ser a dimensão primária que pauta a relação entre mulheres e água, pelo papel doméstico atribuído em garantir que tenha o recurso no ambiente privado.

Assim, a partir dos filtros utilizados, foram encontrados os casos que possuíam as características delimitadas pelos três filtros definidos. Como resultado, foram encontrados dois casos no Caribe com os filtros de mulheres como grupo mobilizador e *water access rights and entitlements* como tipo de conflito. Os dois casos são relacionados a turismo e a mega exploração sofrida para melhorar a infraestrutura para visitantes, sendo um caso no Haiti: Projeto turístico Île à Vache, e um caso em Porto Rico: Landing Resort Cristóvão Colombo em Playuela.

Figura 1: Mapa de Conflitos por Água no Caribe



Fonte: EJ ATLAS, 2024.

Na América do Sul foram filtrados 55 casos totais relacionados a *water rights and entitlements* e mulheres. No Chile foram encontrados nove casos. Sendo quatro casos relacionados a represas, para fins energéticos, e hidrelétricas, sendo eles: 1-a Bacia de Yelcho ser usada para Planos Hidrelétricos; 2-O Complexo Puesco-Momolluco e Planos Hidrelétricos da bacia hidrográfica de Tolten; 3-Planos Hidrelétricos Ralco HEP e Bio Bio; e 4-Projeto Hidrelétrico Alto Maipo. Conflitos de mineração foram encontrados três: 1-Mineração de Tierras Raras en Penco, Região de Biobío; 2- Projeto de Mineração Las Vizcachitas; 3- Exploração de manganês em Los Pumas, Arica. Foi encontrado um caso de infraestrutura e desenvolvimento urbano: Projeto imobiliário 'Maratué', Valparaíso. Um caso de conflito por terra que impactam o recurso hídrico: O agronegócio do abacate e a crise hídrica em Petorca, Valparaíso.

No Brasil, os filtros do Atlas encontraram três casos de projetos de hidrelétrica: 1- a Usina Hidrelétrica de São Manoel, 2- a Usina Hidrelétrica de Belo Monte e 3- a Barragem Hidrelétrica de Teles Pires, Mato Grosso-Pará. Também, foram encontrados dois casos de conflitos por terra: 1-Grupos tradicionais e indígenas contra a expansão do agronegócio na região do Matopiba, 2- Mulheres contra os “desertos verdes” (monocultura do eucalipto), R.G. do Sul. E um conflito de mineração: Exploração de nióbio nos municípios de Catalão e Ouvidor, Goiás.

No Uruguai foi filtrado um conflito de mineração: Projeto Aratirí e mineração de ferro. Na Argentina foram contabilizados quatro conflitos por mineração: 1-Mineração de lítio

em Salar del Hombre Muerto, 2- Projeto de mineração MARA, 3-Mineração de ouro em Famatina, 4- Serra de la Ventana. Na Bolívia foram encontrados quatro casos totais, sendo três deles de mineração: 1-Planta Hidrometalúrgica Coro Coro, 2- Inti Raymi contamina Rio Desaguadero em Oruro, 3- Projeto de mineração Achachucani, Challapata; e um caso de tratamento de esgoto: Estação de tratamento de resíduos em Sacabamba.

No Peru, foram filtrado cinco casos de mineração com mulheres como grupo mobilizado: 1- Mina Santa Ana pertencente à empresa Bear Creek, e a morte de María Choque, Puno; 2- Glencore na mina de cobre Tintaya em Espinar; 3- San Mateo de Huanchor; 4- Projeto de Mineração Conga; 5- Mineração de ouro Gold Fields em Cerro Corona. Na Venezuela filtrou-se um caso de mineração: Mineração de níquel em Loma de Hierro.

No Equador, cinco casos sobre mineração foram filtrados: 1- Mirador, Cordillera del Condor; 2-Projeto de mineração Warintza de Solaris ResSource Inc.; 3- Rio Blanco, Molleturo, Azuay; 4- Curipamba Sur, Bolivar; 5- Projetos de mineração em Intag, Junin.

A Colômbia foi o país com a maior quantidade de conflitos com as características dos filtros mapeados pelo Atlas (dezenove casos) na América do Sul. Filtrados seis conflitos de gestão hídrica: 1-Barragem Hidrelétrica El Quimbo; 2-Contaminação do Rio Palo e Agroindústria em Puerto Tejada; 3-Barragem do Baixo Anchicayá; 4-Desvio do Rio Guarino; 5-Barragem Hidrelétrica Hidroituango; e 6-Barragem Hidrosogamoso. Seis conflitos de mineração: 1-Mineração no Macizo Colombiano e a morte de Adelinda Gómez; 2- Consulta Popular em Piedras, Tolima; 3-Exploração de ouro e outros minerais em Quindío; 4- Páramo El Almorzadero; 5- Páramo de Santurbán; 6- Mineração em El Cerrejón. Três conflitos sobre petróleo e energia: 1-Exploração petrolífera no concelho de Acácias, Meta; 2- Comunidade Wayuu, Guajira, resistindo ao desvio de Arroyo Bruno pela empresa El Cerrejón; 3-Extração de petróleo e carvão no Território Indígena Mutilon Bari. Dois casos de conflitos por terra: 1-Plantações de cana-de-açúcar no Vale do Cauca; 2- Floricultura na Savana de Bogotá. E um caso de infraestrutura e desenvolvimento urbano: Comunidades étnicas e populares se estabeleceram no Jarillón do rio Cauca, em Cali.

Figura 2: Mapa de Conflitos por Água na América do Sul



Fonte: EJ ATLAS, 2024.

Na Meso América, terceira e última região da América Latina, foram encontrados sessenta e dois casos totais. No Panamá, foram encontrados três casos de hidrelétricas: 1- Projeto Hidrelétrico Bonyic; 2- Projeto Hidroelétrico Changuinola II, Bocas del Toro; 3- Hidroelétrica Changuinola I (CHAN-75), Bocas del Toro. Também, foram encontrados quatro casos de mineração: 1- Minas de cobre Cerro Chorchá e Cerro Colorado; 2- Soná; 3- Cerro Quema; 4- Cobre Panamá da First Quantum Minerals Ltd; e um caso de conflito por terra: Monoculturas ameaçam a lagoa Matusagaratí.

Na Costa Rica filtrou-se três conflitos, dois sendo sobre o impacto da indústria do turismo no recurso hídrico: 1- Sardinal; 2- Lorena, Santa Cruz; e um caso de conflito por terra: “No a la Piñería” (monocultivo de abacaxi). Na Nicarágua foram reportados dois casos: um de mineração, Projeto de mineração Libertad, Chontales, e um caso de infraestrutura e urbanização: Projeto Interoceanic Grand Canal. Em El Salvador foi encontrado um caso de mineração: Pacific Rim na mina El Dorado.

Em Honduras, dois conflitos hidrelétricos: Projeto Hidrelétrico La Aurora e Projeto Hidrelétrico Cuyamel no território Garifuna em Masca, Omoa, Cortés; e um conflito por energia e petróleo: Planta Fotovoltaica Los Prados (53 MW), Namasigüe. Na Guatemala foram filtrados dez casos, três casos de hidrelétricas: 1- Projeto Hidrelétrico Xacbal; 2- Projeto Hidrelétrico Xalalá, 3-Três hidrelétricas e três assassinatos de ativistas no Corredor Seco. Cinco casos de mineração: 1- Cerro Blanco; 2- Projeto de mineração El Escobal; 3- Resistência dos Maya Mam contra projetos de mineração em Huehuetenango; 4- Mina de ouro e prata Marlin; 5- Mineração de antimônio e tungstênio em San Ildefonso Ixtahuacán, Huehuetenango. Um caso de conflito por terra: Apropriação de água e agronegócio no Litoral Sul da Guatemala. E um caso de gerenciamento de biodiversidade: Criação da Área de Reserva da Biosfera Visis Cabá, Chajul.

Por fim, o México foi o país com maior número de casos de conflitos filtrados das três regiões da América Latina, com trinta e quatro (34) casos totais, sendo eles quinze casos de gestão hídrica: 1-Crise hídrica na Área Metropolitana de Monterrey; 2-Desapropriação de água potável na Região Metropolitana de Zacatecas-Guadalupe; 3-Agressão, prisões arbitrárias e criminalização do protesto contra a privatização da água em Querétaro; 4-Desapropriação de água de comunidades indígenas em Amealco, Querétaro; 5- Privatização da água em La Pradera, cidade de Querétaro; 6-Luta pela água das mulheres indígenas Mazahua; 7-Acumulação de água pela empresa Bonafont do Grupo Danone; 8-Barragem Las Cruces Nayarit; 9-Crise hídrica na Região Metropolitana de Aguascalientes; 10-Barragem El Zapotillo, Jalisco; 11-Poluição dos canais da região lacustre de Xochimilco; 12- Crise hídrica e privatização na Cidade do México; 13-Usina Hidrelétrica Paso de la Reyna; 14-Usina Hidrelétrica Chicoasén II, Chiapas; 15- Aqueduto La Joya para megaprojeto “Conjunto Estádio Azteca”.

Conflitos por mineração no México foram encontrados seis: 1- Mina Cananea; 2- Paredones Amarillos/ Mina Concórdia/ Los Cardones; 3- Projeto de mineração Cerro del Gallo, Guanajuato; 4- Mina Los Filos - El Bermejil, Carrizalillo, Guerrero; 5- Capulalpam de Mendez contra Natividad, Oaxaca; 6- Chicomuselo contra Blackfire, Chiapas. Foram encontrados quatro conflitos de petróleo e energia: 1- Protestos e ações legais contra fracking, Coahuila; 2- Megaprojeto energético Projeto Integral Morelos; 3- O povo Zoque contra bloqueios de hidrocarbonetos no norte de Chiapas; 4- Parque fotovoltaico Oxcum-Umán, Yucatán. Três conflitos por terras: 1- Bosques, água e território em Cherán, Michoacán; 2- Granjas Carroll na bacia Libres Oriental; 3- A morte violenta de Betty Cariño, Oaxaca.

Seis casos de infraestrutura e urbanização: 1- Projeto Imobiliário City Center e a zona úmida do Parque Los Cárcamos em León, Guanajuato; 2-Drenagem da nascente do Mastranto por imobiliárias, Michoacán; 3- Impactos das obras associadas ao projeto do Aeroporto da Cidade do Novo México (NAICM); 4- Movimento dos “13 municípios” contra o Conjunto Habitacional “La Ciénega”; 5- Corredor Interoceânico do istmo de Tehuantepec; 6- Ponte Veicular Periférica Oriente em Xochimilco. E um caso de turismo: Desenvolvimento turístico baías de Huatulco e desapropriação de terras comunais em Oaxaca.

Figura 3: Mapa de Conflitos por Água na Meso América



Fonte: EJ ATLAS, 2024.

Pode-se analisar que em todos os países filtrados pelo Atlas na América Latina, nas três regiões determinadas pelos filtros (Caribe, América do Sul e Meso América) existem conflitos ambientais-hídricos relacionados aos *megaprojetos* voltados para o desenvolvimento econômico a partir da exploração da natureza. Além dos conflitos ambientais-hídricos como mineração e hidrelétricas, observa-se a existência de casos de contaminação de água, de desapropriação e privatização do recurso (medidas neoliberais utilizadas na região), e casos de violência, militarização e policiamento de protestos contra grupos manifestantes de seu descontentamento, principalmente povos indígenas e mulheres.

Porém, enfatizando o objetivo deste trabalho, de olhar para a invisibilidade de mulheres nos conflitos hídricos, observa-se que se é retirado o filtro de mulheres como grupo mobilizado, considerando que a dimensão de gênero é pouco analisada em conflitos ambientais-hídricos, a quantidade de casos aumenta. No Caribe, o Atlas filtra sete casos (em oposição aos dois filtrados com o filtro mulheres). Na América do Sul, de 55 casos filtrados, quando retirado o filtro mulheres, os casos aumentam para 182. Os casos na Meso América também aumentam de forma significativa quando é retirada a dimensão de gênero, passando de 62 casos para 114. Dessa forma, totalizando os casos onde são contabilizados os impactos nas mulheres, são 119, enquanto que sem o filtro mulheres, contabilizam-se 303 casos de conflitos com impacto em direitos à água.

Essa diferença, na quantidade de casos em que é possível enxergar a participação de gênero demonstra o contraste entre a visibilidade de gênero em alguns casos e invisibilidade das mulheres em muitos outros, representa a dificuldade de retratar o grupo de afetados pelos conflitos como não homogêneos e expõe a dificuldade em encontrar dados onde especifica-se a atuação feminina e determina os impactos diferenciados causados por *megaprojetos*.

3.2 FIOCRUZ

De acordo com a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) (2010), o mapeamento dos conflitos têm como foco enfatizar as visões das populações atingidas, além das demandas e estratégias de resistência, tornando públicas as vozes que lutam por justiça ambiental de populações marginalizadas, expondo ameaças e violências sofridas e unindo o conceito de promoção da saúde ao movimento de justiça ambiental.

É informado no site que grande parte das informações advém da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), além de outros bancos de dados, como: “Mapa dos Conflitos Ambientais do Estado do Rio de Janeiro feito pelo IPPUR/UFRJ, o Mapa dos Conflitos Socioambientais da Amazônia Legal (organizado pela Fase Belém), dados da Nova Cartografia Social, trabalhos realizados por universidades e centros de pesquisa como o Gesta/UFGM, UFCE, UFBA, UFMT e UFMS, os relatórios da Plataforma DESCH sobre direitos humanos, e as contribuições de ONGs e fóruns atuantes na justiça ambiental. Tais fontes foram complementadas pelo acesso a informações da mídia ou de instituições, incluindo Ministérios Públicos e a Justiça, quando envolviam informações sobre ações ou processos em andamento” (FIOCRUZ, 2010).

Os levantamentos de casos datam desde Janeiro de 2006, com as variáveis: tipo de população atingida e o local do conflito; tipo de dano à saúde e de agravo ambiental; síntese e contexto do conflito, determinando os atores e as soluções; os principais documentos e fontes (FIOCRUZ, 2010). De acordo com a Fiocruz (2010), as informações foram adicionadas em um banco de dados (DataSus) e os materiais foram enviados para pesquisadores e militantes/ativistas para revisão, crítica e verificação dos dados inseridos para a adição dos casos ao Mapa.

Conforme informado pela Fundação (2010), os casos sistematizados não esgotam os conflitos ambientais existentes no país, porém são um reflexo dos casos existentes e dos posicionamentos das populações afetadas e de ativistas, servindo como um espaço de denúncias, monitoramento de políticas públicas e desafio para que o Estado responda às dificuldades e demandas das populações atingidas.

Dessa forma, para a pesquisa de conflitos, o Mapa definiu cinco filtros: população, atividades geradoras de conflitos, danos à saúde, impactos ambientais e UF. Para o trabalho, que visa olhar a intersecção de mulheres e conflitos hídricos, foram aplicados os filtros: população e atividades geradoras de conflitos. Para o primeiro, entre as opções de filtros foi escolhido mulheres, como população diretamente atingida nos conflitos, por ser a dimensão discutida no trabalho; e de atividades geradoras de conflitos colocam-se três filtros tematicamente relacionados à água: de barragens e hidrelétricas, de transposição de bacias hidrográficas e mineração, garimpo e siderurgia. Os outros filtros (danos à saúde, impactos ambientais e UF) não foram utilizados por não serem diretamente conectados à discussão que o texto busca desenvolver.

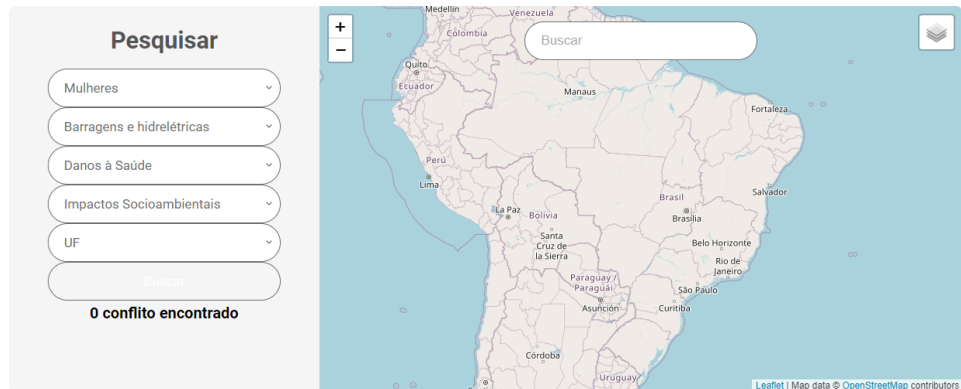
Como resultado, não aparecem casos de mulheres impactadas por barragens e hidrelétricas (fig.4), como também não aparecem casos de mulheres impactadas pela transposição de bacias hidrográficas (fig.5). Com o filtro de mineração, são encontrados dois casos, porém apenas um dos casos identifica impactos nas mulheres e na água, sendo ele: Trabalhadores denunciam mortes e adoecimentos por exposição ao benzeno e lutam para garantir direitos à saúde e ao trabalho seguro (fig.6).

Em contraste, se é retirado o filtro de mulheres como população atingida, o número de casos de conflitos de barragens e hidrelétricas filtrados é de 113 casos no Brasil (fig.7). Apenas utilizando o filtro de transposição de bacias hidrográficas encontram-se 3 casos (fig.8). E para mineração, a subtração do filtro mulheres passa a identificar 133 casos (fig.9).

Assim como no EJ ATLAS, a falta de casos onde é retratada a participação de mulheres reforça a invisibilidade presente no tema, tornando ainda mais complexa a busca por

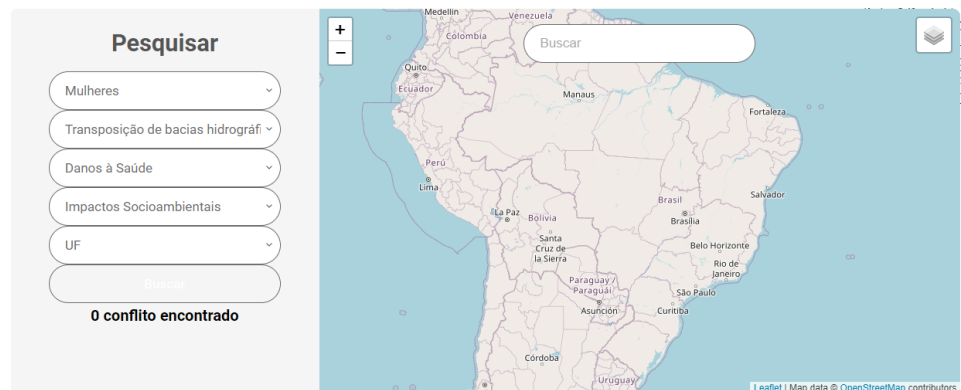
dados que conectem conflitos ambientais-hídricos e a dimensão de gênero, o que reforça a contradição entre a visibilidade da desigualdade hídrica (pauta internacional) e invisibilidade gerada por políticas públicas e *megaprojetos* (decisões políticas econômicas estatais nacionais e regionais).

Figura 4: Mapa de Conflitos Mulheres Impactadas por Barragens e Hidrelétricas



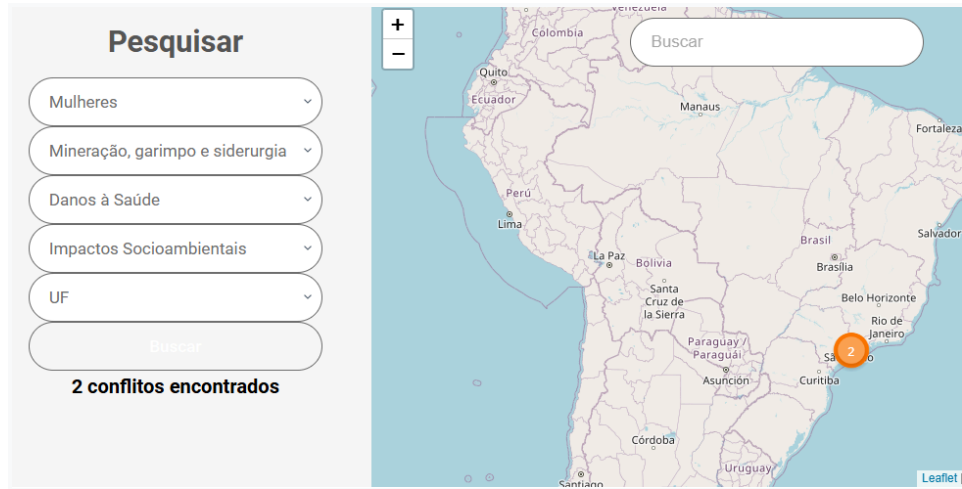
Fonte: FIOCRUZ, 2024.

Figura 5: Mapa de Conflitos Mulheres Impactadas por Transposição de Bacias Hidrográficas



Fonte: FIOCRUZ, 2024.

Figura 6: Mapa de Conflitos Mulheres Impactadas por Mineração, Garimpo e Siderurgia



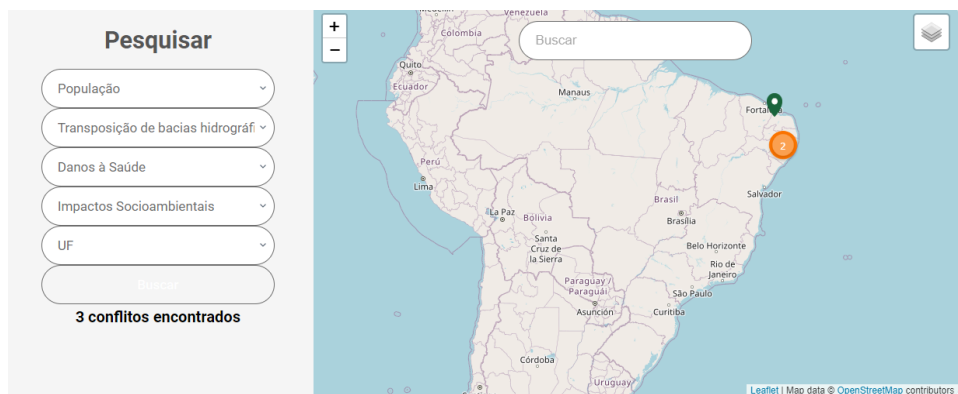
Fonte: FIOCRUZ, 2024.

Figura 7: Mapa de Conflitos Barragens e Hidrelétricas



Fonte: FIOCRUZ, 2024.

Figura 8: Mapa de Conflitos Transposição de Bacias Hidrográficas



Fonte: FIOCRUZ, 2024.

Figura 9: Mapa de Conflitos Mineração, Garimpo e Siderurgia



Fonte: FIOCRUZ, 2024.

3.3 OCMAL

Para a América Latina, o modelo extrativista de recursos naturais foi determinado pelo histórico colonial e, também, foi a solução moderna para a inserção internacional e para geração de receita. Porém, com o desenvolvimento da conscientização dos impactos ambientais e dos direitos humanos, os conflitos de resistência contra a mineração foram intensificados, principalmente a partir dos anos 1990 (OCMAL, s.d.).

As consequências da mineração advém, principalmente, do impacto social e ecológico ao território explorado, como o esgotamento do solo, contaminação da água, destruição irreversível dos ecossistemas, efeitos adversos nas comunidades (de caráter social ou de saúde), militarização, alcoolismo, prostituição, bem como a criminalização de protestos contrários à mineração (OCMAL, s.d.). De acordo com o OCMAL (s.d.), a idealização e construção do Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina (OCMAL) foi a materialização de uma vitória coletiva de organizações, que já colaboravam entre si no estabelecimento de estratégias de resistência e alternativas contra a mineração na região.

Sendo assim, a proposta do Observatório tem como principal objetivo a defesa dos direitos humanos de comunidades e populações afetadas pela mineração, como a agricultura, pesca, turismo e cultura, buscando contribuir para a criação de espaços formais para a coordenação e articulação de movimentos, para a criação de propostas de políticas públicas, ações, alianças e pesquisas (OCMAL, s.d.).

Conforme colocado no site do OCMAL (s.d.), a sistematização de informações do Observatório advém dos conteúdos disponíveis das organizações, identifica necessidades

particulares e propõe/ executa tarefas para suprir essas necessidades de cada organização. Também, busca fontes de informações, iniciativas e redes para o fortalecimento das organizações locais, assim como, elabora propostas e atividades em conjunto para projetar o trabalho entre as organizações, faz publicações de materiais e identifica oportunidades de financiamento (OCMAL, s.d.).

O OCMAL mantém uma página online, onde é possível encontrar informações e a base de dados dos conflitos (OCMAL, s.d.). No site, dentre as classificações de conflitos, há a categoria de conflitos por água relacionados à mineração na América Latina, na qual mapeiam-se 162 casos. Para o trabalho, buscou-se encontrar casos onde são mencionadas as atuações ou impactos sofridos por mulheres nos conflitos hídricos. Dessa forma, como não é possível a aplicação de filtros para encontrar os casos que cite mulheres, foi necessário procurar nos 162 casos palavras chaves como “mulheres” e “lideranças femininas”, sendo esta a metodologia para selecionar os casos relevantes para a pesquisa.

Figura 10: Mapa de Conflitos OCMAL



Fonte: OCMAL, 2024.

Dos 162 casos mapeados na América Latina pelo Observatório, Paraguai tem 1 caso; Uruguai tem 1 caso; Bolívia tem 2 casos; Argentina tem 18 casos; Brasil tem 19 casos; Chile tem 38 casos; Peru tem 24 casos; Equador tem 5 casos; Colômbia tem 9 casos; Venezuela tem 2 casos; Panamá tem 2 casos; Costa Rica tem 1 caso; Nicarágua tem 5 casos; Honduras tem 5 casos; El Salvador tem 1 caso; Guatemala tem 4 casos; México tem 28 casos. Porém, buscando casos específicos, que tratassem diretamente das experiências de mulheres frente a conflitos de mineração, foram encontrados apenas 8 casos. Sendo estes: 1- Ecuacorrientes na Cordilheira do Cóndor, no Equador; 2- Projeto Angostura: ameaça a biodiversidade do Páramo de Santurbán, na Colômbia; 3- Comunidades de Cólón defendem rio Guapinol da mineração Inversiones Pinares, Honduras; 4- Entre Mares contamina o Vale de Síria, Honduras; 5-Camponeses do ejido Benito Juárez expulsam a mineradora Mag Silver, México; 6-Povoado Magdalena de Teitipac expulsa a mineradora de suas terras, México; 7-Criminalizam protestos de habitantes de San José del Progreso por mineração em La Trinidad, México; 8- Ixtacamaxtitlan em alerta frente a explorações mineiras em Almaden Minerals, México.

A falta das palavras chave (“mulheres”, “lideranças femininas”) na maioria das descrições dos conflitos não significa que mulheres não participaram nas resistências contra as minerações, mas sim que consideraram o grupo mobilizado como homogêneo (ou foi apenas dividido entre grupos étnicos), desconsiderando as dinâmicas sociais e as desigualdades de impacto sofridos por homens e mulheres. Convergindo com os outros dois mapas, a dimensão de gênero é pouco explorada, refletindo em poucos dados e reafirmando a invisibilidade, pode-se refletir que as mulheres são pouco vistas como atrizes nos conflitos (e na contabilização de dados), sendo consideradas/destacadas apenas quando há grandes manifestações ou violências mais graves, como em casos de assassinatos, prisões e opressão estatal.

Tabela 1: Sistematização dos Casos Mapeados nos Mapas de Conflitos

Tipo de Conflito	Nº Casos Mapeados	Atores Identificados	Impactos nas Mulheres
Hidrelétricas	29	Estados, empresas privadas, sociedade civil (mulheres)	Falta de abastecimento de água, desterritorialização, poluição, violência, expropriação de terras
Mineração	55	Estados, empresas privadas, sociedade civil (mulheres)	Contaminação e escassez da água, doenças, desvio do curso da água, violência contra mulheres (assassinatos e prisões)
Turismo	5	Estados, empresas privadas, sociedade civil (mulheres)	Desterritorialização, dificuldade no acesso à água
Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano	9	Estados, empresas privadas, sociedade civil (mulheres)	Escassez hídrica, contaminação da água
Gestão Hídrica (tratamento de esgoto, contaminação, privatização)	9	Estados, empresas privadas, sociedade civil (mulheres)	Poluição da água, impactos ambientais, escassez hídrica, violência
Disputas por terras	11	Estados, empresas privadas, sociedade civil (mulheres)	Desvio e escassez no acesso à água, poluição
Petróleo e Energia	8	Estados, empresas privadas, sociedade civil (mulheres)	Perda de biodiversidade, poluição do solo e da água, escassez hídrica
Gerenciamento de Biodiversidade	1	Estados, empresas privadas, sociedade civil (mulheres)	Desterritorialização, dificuldade de acesso à água, perda de tradições

Fonte: Elaboração própria com dados do EJ ATLAS, FIOCRUZ e OCMAL

A tabela 1 é a sistematização dos casos mapeados do EJ ATLAS, FIOCRUZ e OCMAL, onde pode ser observado que a maioria dos conflitos ambientais-hídricos está diretamente relacionado aos *megaprojetos* na região (mineração e hidrelétricas). Esta tabela identifica os principais e a quantidade de conflitos ambientais-hídricos, os atores presentes (existindo a triangulação entre Estados, atores privados - empresas de exploração e sociedade civil - mulheres) e os impactos sofridos por mulheres. Para além da sistematização, destaca-se a discrepância entre a quantidade de casos onde é possível identificar ações de mulheres e a quantidade consideravelmente maior de casos onde não é possível enxergar a intersecção entre mulheres e os conflitos ambientais-hídricos. Percebe-se assim uma dificuldade metodológica dos mapas em retratar a visibilidade de mulheres, entendendo que mesmo no campo da Ecologia Política, perspectiva que embasa os mapas, a retratação de mulheres é dificultada e invisibilizada.

4 MULHERES E CONFLITOS HÍDRICOS: UMA ANÁLISE DE PESQUISA

A primeira parte do trabalho, por meio da revisão bibliográfica, discutiu a invisibilidade de mulheres (e suas intersecções) na Governança Hídrica e nos conflitos ambientais-hídricos, por meio de dois argumentos centrais. A invisibilidade por questões estruturais institucionais, da compreensão de que os espaços públicos de discussão hídrica são masculinos e que a coleta e administração da água nos lares é um papel privado das mulheres (divisão sexual das tarefas), que levam à exclusão e aumentam a desigualdade de gênero (2.1). E a invisibilidade nos impactos diferenciados (entre homens e mulheres) nos conflitos hídricos ambientais na América Latina (reforçada pela desigualdade estrutural institucional de gênero e políticas públicas) (2.2). Ademais, evidenciou-se o contraste com a visibilidade das mulheres nos conflitos ambientais-hídricos nas lutas por justiça ambiental e nos ativismos, presentes na revisão bibliográfica de estudos de casos (2.3).

A segunda parte do trabalho, por meio dos mapas de conflitos (EJ ATLAS, FIOCRUZ e OCMAL), tem como objetivo entender, por meio de uma metodologia empírica, como as mulheres aparecem (ou não) nos conflitos. Os dados encontrados dão ênfase em dois pontos da argumentação central do trabalho, sendo eles: a relação entre água, mulheres e conflitos hídricos gerados pelos megaprojetos; e a quantidade de conflitos ambientais-hídricos encontrados onde não é possível enxergar a participação de mulheres, reforçando que existe uma dificuldade no mapeamento das ações femininas (apesar da existente bibliografia que as coloca como atrizes importantes nas lutas por justiça ambiental).

O primeiro ponto a ser analisado é a relação existente entre os conflitos hídricos por megaprojetos e a relação das mulheres com a água. Como foi colocado na primeira parte (2.1), a relação entre mulheres e água é pautada pelo acesso ao recurso e a falta de representação que tem no dia a dia, na exclusão política institucional gerada pela desigualdade de gênero estrutural, e na divisão sexual do trabalho/ na prática do cuidado (com a casa, os filhos, a higiene da casa e da família, gerenciamento hídrico doméstico entendidos como tarefas femininas de caráter privado).

Dessa forma, a construção do texto parte de um olhar que busca colocar as mulheres (e suas intersecções) latinoamericanas no centro na análise, entendendo que existem paralelos entre a exploração das mulheres e do trabalho não remunerado feminino (coleta e administração privada/nos lares da água) e a exploração da natureza (megaprojetos), retomando a perspectiva de Ecologia Política Feminista Latinoamericana. Esta exploração afeta gêneros, classes e raças de maneiras distintas, entendendo que as assimetrias de poder

ditam como os impactos serão distribuídos e sentidos, além de reforçar a invisibilidade estrutural existente.

A identificação de que os megaprojetos (mineração, hidrelétrica, represas, obras de infraestruturas), para além das desigualdades estruturais institucionais de gênero (manutenção e exacerbação de dinâmicas de disparidade entre homens e mulheres), são os principais causadores dos conflitos hídricos latinoamericanos com impacto em mulheres, advém da bibliografia e dos mapas de conflitos, e do entendimento de que a exploração ambiental para fins econômicos (base das economias latinoamericanas desde o período colonial), feita por Estados e atores privados, têm grandes impactos nas mulheres (efeitos diferenciados para gênero e suas intersecções de raça e classe).

Observa-se nos mapas de conflitos que a maior parte dos conflitos ambientais-hídricos existentes na América Latina advém dos *megaprojetos* ligados a mineração e a hidrelétricas (barragens e represas), reforçando a bibliografia que indica que é a principal razão externa para dificuldade no acesso hídrico na região, para além das desigualdades de gênero, raça e classe.

Destaca-se que os principais impactos, que levam ao reforço da invisibilidade de gênero, dos conflitos hídricos observados para mulheres são relacionados ao acesso direto ao recurso (pela própria organização estrutural das sociedades que generificam a responsabilidade da gestão hídrica doméstica e impedem mulheres de estarem em espaços de tomadas de decisões/criação de políticas públicas); desterritorialização; a crescente contaminação e escassez hídrica pelo aumento do consumo de água por *megaprojetos*; a dependência financeira que é enfatizada pelo caráter masculino dos trabalhos gerados pela mineração/construção de hidrelétricas (servindo para a legitimação e apoio dos projetos por homens); violências específicas de gênero pelo aumento da vulnerabilidade e pobreza (como a prostituição, perda de práticas culturais tradicionais, trabalhos precários); perseguições, prisões e assassinatos de mulheres que se organizam contrárias à exploração ambiental hídrica.

O segundo ponto, que complementa a análise desenvolvida no primeiro ponto, é a falta de dados para o impacto em mulheres nos conflitos hídricos na América Latina. A pesquisa nos mapas (EJ ATLAS, FIOCRUZ e OCMAL), usando filtros que determinavam uma intersecção entre mulheres e conflitos hídricos, mostrou que existe uma dificuldade na identificação das ações femininas nas lutas contra as explorações na região, demonstrando o problema de pesquisa do trabalho, da invisibilidade das mulheres nos conflitos hídricos, por meio do contraste entre os casos em que a participação de mulheres é vista, revelando a

visibilidade e importância feminina nos embates contra explorações, e os casos em que colocam de maneira homogênea, não especificando os grupos dos afetados por conflitos (grande maioria dos casos), determinando a invisibilidade que permeia o protagonismo de mulheres nos conflitos ambientais-hídricos. Esta homogeneização acaba por desconsiderar as distribuições assimétricas dos danos (saúde, meio ambiente, violências específicas), evidenciando a falta de uma metodologia específica para gênero.

Esta falta de representação é visualizada nos contrastes entre os 119 casos que identificam a presença de mulheres no EJ ATLAS contra os 303 contabilizados sem o filtro de gênero. Assim como na FIOCRUZ, 1 caso filtrando mulheres e conflitos hídricos em contraste aos 249 sem o filtro, e no OCMAL, que o número total são 162 casos, com apenas 9 reportando a presença de mulheres.

A invisibilidade, para além do nível estatal estrutural e dos conflitos ambientais-hídricos, é reiterada nos mapas de conflitos, que intencionalmente criados para exposição de disputas e injustiças, baseados na Ecologia Política (ênfase nas relações de exploração da natureza e dos seres humanos), têm metodologias pouco sensíveis para a relação entre mulheres e água. Uma relação (gênero e o recurso hídrico) que é pautada pelo entendimento do uso e dos impactos diferenciados e da necessidade de um olhar específico, que entretanto segue sendo invisibilizada pela falta de dados e indicadores que demonstrem as injustiças de gênero.

Na proposição de estudar a intersecção dos temas de Governança da Água com gênero e conflitos ambientais-hídricos, o contraste entre a visibilidade (presente na compreensão da relação entre mulheres e água, e no entendimento dos conflitos como produtivos para as lutas femininas) e a invisibilidade (falta de dados, homogeneização dos afetados) desenvolve-se no texto, com o objetivo de compreender a dificuldade na retratação, e principalmente, no mapeamento de mulheres nestes espaços de disputas, injustiças, violências e lutas.

Dessa forma, a construção da invisibilidade no trabalho é feita pelo entendimento dos meios estruturais institucionais, como na exclusão de atuação em ambientes públicos de tomadas de decisões e nos impactos diferenciados sofridos nos conflitos ambientais-hídricos; e no estudo dos mapas de conflitos, que reproduzem a dicotomia visibilidade/invisibilidade, pela disparidade entre casos em que registram e casos em que não registram a participação de mulheres. Enquanto que a visibilidade é construída a partir do uso da Ecologia Política Feminista Latinoamericana como perspectiva teórica, bem como pelas ações de protestos contrários e lutas contra a violência de gênero hídrica evidenciadas na revisão bibliográfica.

5 CONCLUSÃO

O trabalho, por meio do uso de perspectiva crítica, da Ecologia Política Feminista Latinoamericana, e da pesquisa nos mapas de conflitos, contesta a idealização da distribuição hídrica igualitária e a realidade estrutural econômica política social da América Latina na Governança Hídrica, que é desigual em gênero, raça e classe. De modo em que, um recurso considerado essencial para a vida, como a água, é gerenciado para servir aos interesses econômicos dos Estados e de empresas privadas, e utilizado de maneira exploratória, sem considerar os impactos diferenciados na sociedade civil, especificamente nas mulheres e suas intersecções.

Entende-se assim que a base da invisibilidade de mulheres nos conflitos hídricos e na gestão do recurso advém da construção estrutural da sociedade, levando em conta a divisão de tarefas entre público-masculinas e privadas/domésticas-femininas (impedindo a inserção em tomadas de decisões e ideias para melhor gestão).

Porém, a manutenção da desigualdade hídrica advém da falta de consideração de que políticas públicas bem sucedidas devem pensar a dimensão de gênero como essenciais e, principalmente, da falta de dados da intersecção entre mulheres e água.

Enquanto que, a visibilidade das mulheres advém da participação e da luta por justiça ambiental/hídrica, entendendo que os conflitos (na perspectiva de Ecologia Política) são produtivos para as reivindicações femininas.

Dessa forma, a construção da pesquisa apoia-se na revisão bibliográfica e no estudo dos mapas de conflitos para contrastar a (in)visibilidade das mulheres nos conflitos ambientais-hídricos na América Latina. Observando assim, o contraste existente entre as aparições e não aparições do protagonismo feminino no cenário hídrico. Principalmente, no contraste entre os relatos de ativismos e ações contrárias às explorações e a falta da retratação das mulheres nos mapas de conflitos, que demonstram dificuldade em estreitar a lacuna entre mulheres e água, expondo a invisibilidade de gênero a nível internacional institucional.

Por fim, o trabalho, por meio das pesquisas teórica e empírica, buscou enxergar o contraste entre a visibilidade da desigualdade e violências de gênero hídricas e da luta feminina por justiça ambiental, e a invisibilidade da falta de dados, de indicadores e políticas voltadas para as necessidades de mulheres na dimensão hídrica, que levam à manutenção e exacerbação de problemas sociais e o reforço das desigualdades econômicas, sociais e políticas na América Latina.

BIBLIOGRAFIA

- BAUHARDT, Christine. **Nature, Care and Gender: Feminism Dilemmas**, 2018.
- BELTRÁN, Elizabeth Peredo. eMujeres del Valle de Cochabamba: Agua, privatización y conflicto.** Global Issue Power, nº 4, set 2003.
- BENNETT, Vivienne. Gender, Class, and Water: Women and the Politics of Water Service in Monterrey, Mexico.** LATIN AMERICAN PERSPECTIVES, Issue 85, Vol 22 No. 2, Spring, 1995.
- BENNETT, Vivienne; DÁVILA-POBLETE; RICO, María Nieves. **Water and Gender: The Unexpected Connection that Really Matters.** Journal of International Affairs, 2008.
- BILDER, Marisa. Las mujeres como sujetos políticos en las luchas contra la megaminería en Argentina". Registros acerca de la deconstrucción de dualismos en torno a la naturaleza y al género.** X Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013.
- BOTTARO, Lorena et al. La politización del agua en los conflictos por la megaminería: Discursos y resistencias en Chile y Argentina.** Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe, No. 97, out 2014, pp. 97-115.
- CASTRO, José Esteban. **Water Governance in the Twentieth One Century**, 2007, p. 97-118.
- CLEMENT, Floriane *et al.* **Feminist Political Ecology of the Commons and Commoning.** International Journal of the Commons, 2019, vol. 13, No. 1 (2019), p.1-15.
- COSTA SILVA, Darlene *et al.* **MEMÓRIA DE MULHERES DESTERRITORIALIZADAS EM FUNÇÃO DOS EFEITOS DA HIDRELÉTRICA BELO MONTE NA EX-VILA DE SANTO ANTÔNIO – MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU - PARÁ.** XVII Encontro de Geógrafos, São Luís, 2016.
- DAVIS, Lorella Castorena; VALENCIA, Arely Madai Martínez. **Género, institucionalismo y marginalidad: la gestión del agua de uso doméstico como desafío para el empoderamiento de las mujeres. El caso de la ciudad de La Paz, Baja California Sur, México.** Sociedad y Ambiente, 2019.
- DICKIN, Sarah; CARETTA, Martina Angela. **Examining water and gender narratives and realities.** WIREs Water, 2022.
- DUPUITS, Emilie. **Desde las organizaciones comunitarias del agua hacia el territorio latinoamericano Espacios transnacionales de convergencia y resistencia.** Universidad San Francisco de Quito, fev 2018.
- EJ ATLAS. **Acaparamiento de agua de la empresa Bonafont del Grupo Danone.** Disponible em: <https://ejatlas.org/conflict/lucha-de-los-pueblos-cholultecas-contracacaparamientod-de-agua-de-la-empresa-bonafont-del-grupo-danone-puebla>>. Acesso em: 29 mar 2024

EJ ATLAS. **Agresión, detenciones arbitrarias y criminalización de la protesta ante privatización del agua en Querétaro.** Disponível em:

<<https://ejatlas.org/conflict/agresion-detenciones-arbitrarias-y-criminalizacion-de-la-protesta-ante-privatizacion-del-agua-en-queretaro1>>. Acesso em: 27 mar 2024.

EJ ATLAS. **Alto Maipo Hydroelectric Project.** Disponível em:<

<https://ejatlas.org/conflict/alto-maipo-hydroelectric-project-pham-chile>>. Acesso em: 26 mar 2024.

EJ ATLAS. **Belo Monte Hydroelectric Dam.** Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/belo-monte-hydroelectric-dam-para-brasil>>. Acesso em: 26 mar 2024.

EJ ATLAS. **Bosques, agua y territorio en Cherán, Michoacán, Mexico.** Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/bosques-agua-y-territorio-en-cheran>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Cananea mine, Mexico.** Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/cananea-mine-mexico>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Capulalpam de Mendez contra Natividad, Oaxaca.** Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/capulalpam-de-mendez-contra-natividad-oaxaca>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Cerro Blanco, Guatemala.** Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/cerro-blanco-guatemala>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Cerro Quema, Panama.** Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/cerro-quema-panama>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Chicomuselo contra Blackfire, Chiapas.** Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/chicomuselo-contra-blackfire-chiapas>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Christopher Columbus Landing Resort in Playuela, Puerto Rico.** Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/playuela-christopher-colombus-landing-resort>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Cobre Panamá from First Quantum Minerals Ltd, Panama.** Disponível em:

<<https://ejatlas.org/conflict/petaquilla-panama>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Gold Fields' Cerro Corona gold mine, Peru.** Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/gold-fields-cerro-corona>>. Acesso em: 17 nov 2024.

EJ ATLAS. **Comunidad Wayuu, Guajira, resistiendo la desviación del Arroyo Bruno por la empresa El Cerrejón, Colombia.** Disponível em:<

<https://ejatlas.org/conflict/glencore-switzerland-bhp-billiton-united-kingdom-angloamerican-australia>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Conga mining project, Peru.** Disponível em: <<https://ejatlas.org/conflict/conga>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Consulta Popular en Piedras, Tolima, Colombia.** Disponível em: <<https://ejatlas.org/conflict/consulta-popular-en-piedras-tolima>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Contaminación de los canales de la zona lacustre de Xochimilco.** Disponível em: <<https://ejatlas.org/conflict/contaminacion-de-los-canales-de-la-zona-lacustre>>. Acesso em: 1 abr 2024.

EJ ATLAS. **Contamination of the River Palo and Agroindustry in Puerto Tejada.** Disponível em: <<https://ejatlas.org/conflict/contamination-of-the-river-palo-in-puerto-tejada-colombia>>. Acesso em: 27 mar 2024.

EJ ATLAS. **Corredor Interoceánico del Istmo de Tehuantepec, México.** Disponível em: <<https://ejatlas.org/conflict/corredor-interoceanico-del-istmo-de-tehuantepec-mexico>>. Acesso em: 17 nov 2024.

EJ ATLAS. **Creación del Área Reserva de Biosfera Visis Cabá, Chajul, Guatemala.** Disponível em: <<https://ejatlas.org/conflict/dams-in-guatemala-in-chajul-and-other-locations-guatemala>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Crisis del agua en la Zona Metropolitana de Aguascalientes.** Disponível em: <<https://ejatlas.org/conflict/crisis-del-agua-en-la-zona-metropolitana-de-aguascalientes-mexico>>. Acesso em: 1 abr 2024.

EJ ATLAS. **Crisis del agua en la Zona Metropolitana de Monterrey.** Disponível em: <<https://ejatlas.org/conflict/crisis-del-agua-en-la-zona-metropolitana-de-monterrey-mexico>>. Acesso em: 1 abr 2024.

EJ ATLAS. **Curipamba Sur, Bolivar, Ecuador.** Disponível em: <<https://ejatlas.org/conflict/curipamba-sur-bolivar-ecuador>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Cuyamel Hydroelectric Project on Garífuna territory in Masca, Omoa, Cortés.** Disponível em: <<https://ejatlas.org/conflict/cuyamel-hydroelectric-project-on-garifuna-territory-in-masca-omoa-cortes-honduras>>. Acesso em: 2 abr 2024.

EJ ATLAS. **Despojo de agua a comunidades originarias en Amealco, Querétaro.** Disponível em: <<https://ejatlas.org/conflict/despojo-de-agua-a-comunidades-originarias-en-amealco>>. Acesso em: 1 abr 2024.

EJ ATLAS. **Despojo de agua potable en Zona Conurbada Zacatecas-Guadalupe.** Disponível em: <<https://ejatlas.org/conflict/conflicto-urbano-por-despojo-de-agua-potable-en-zona-conurbada-zacatecas-guadalupe-en-mexico>>. Acesso em: 1 abr 2024.

EJ ATLAS. **Desarrollo turístico Bahías de Huatulco y despojo de tierras comunales en Oaxaca, México.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/desarrollo-turistico-bahias-de-huatulco-y-despojo-de-tierras-comunales-en-oaxaca>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Desecación del manantial Mastranto por las inmobiliarias, Michoacán, Mexico.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/desecacion-del-manantial-mastranto-por-las-inmobiliarias-michoacan-mexico>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **El Cerrejón mine, Colombia.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/el-cerrejon-mine-colombia>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **El pueblo Zoque contra bloques de hidrocarburos en el norte de Chiapas, México.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/lucha-del-pueblo-zoque-contra-bloques-de-hidrocarburos-mexico>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **El Quimbo Hydroelectric Dam.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/el-quimbo-hydroelectric-project-colombia>>. Acesso em: 29 mar 2024.

EJ ATLAS. **Explotación de niobio en los municipios de Catalao y Ouvidor, Goiás, Brasil.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/explotacion-de-niobio-en-los-municipios-de-catalao-y-ouvidor-goias>>. Acesso em: 17 nov 2024.

EJ ATLAS. **Exploracion de oro y otros minerales en Quindio, Colombia.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/exploracion-de-oro-y-otros-minerales-en-quindio-colombia>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Exploitation of Manganese Los Pumas, Arica, Chile.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/explotacion-de-manganeso-los-pumas-arica-chile>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Famatina gold mining, Argentina.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/famatina-gold-mining-argentina>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Floricultura en la Sabana de Bogotá, Colombia.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/floricultura-en-la-sabana-de-bogota-colombia>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Glencore in Tintaya copper mine in Espinar, Perú.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/tintaya-espinar-peru>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Granjas Carroll en la cuenca Libres Oriental, México.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/contaminacion-por-granjas-carroll-en-la-cuenca-libres-oriental-mexico>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Hidroeléctrica Chicoasén II, Chiapas.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/hidroelectricas-chicoa>>. Acesso em: 1 abr 2024.

EJ ATLAS. **Hidroelectrica Paso de la Reyna.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/aprovechamiento-hidroelectrico-de-usos-multiples-paso-de-la-reyna>>. Acesso em: 1 abr 2024.

EJ ATLAS. **Hidroituango Hydroelectric Dam.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/ituango-hidroelectrica-colombia>>. Acesso em: 26 mar 2024.

EJ ATLAS. **Hidrosogamoso Dam.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/hidrosogamoso-dam-colombia>>. Acesso em: 27 mar 2024.

EJ ATLAS. **Impactos de las obras asociadas del proyecto de Nuevo Aeropuerto de la Ciudad de México (NAICM), México.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/impacros-de-las-obras-asociadas-del-proyecto-de-nuevo-aeropuerto-de-la-ciudad-de-mexico-naicm>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Interoceanic Grand Canal project, Nicaragua.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/gran-canal-nicaraguas-project>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Inti Raymi contamina Rio Desaguadero in Oruro, Bolivia.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/inti-raymi-contamina-rio-desaguadero-oruro-bolivia>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Las Vizcachitas Mining Project, Chile.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/cobre-en-el-valle-de-putaendo-proyecto-vizcachitas>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Libertad mining project, Chontales, Nicaragua.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/lorena-santa-cruz-costa-rica>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Lithium mining in Salar del Hombre Muerto, Argentina.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/salar-del-hombre-muerto-litio-argentina>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Lorena, Santa Cruz, Costa Rica.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/lorena-santa-cruz-costa-rica>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Lucha por el agua de mujeres indígenas Mazahuas.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/an-army-of-women-an-army-for-water-the-mazahua-indigeno-us-women-of-mexico>>. Acesso em: 1 abr 2024.

EJ ATLAS. **Megaproyecto energético Proyecto Integral Morelos, México.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/lucha-del-frente-de-pueblos-en-defensa-de-la-tierra-y-el-agua-morelos-puebla-tlaxcala-contra-el-proyecto-integral-morelos>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Mina Santa Ana belonging to Bear Creek company, and the death of María Choque, Puno, Peru.** Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/proyecto-minero-santa-ana-cancelado-por-rechazo-de-la-comunidad>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Minas de cobre Cerro Chorchá y Cerro Colorado, Panamá.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/ngobe-bugle-against-mining-panama>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Mina de oro y plata Marlin, Guatemala.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/marlin-guatemala>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Mina Los Filos - El Bermejal, Carrizalillo, Guerrero, Mexico.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/mina-los-filos-el-bermejal-carrizalillo>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Minería de antimonio y tungsteno en San Ildefonso Ixtahuacán, Huehuetenango, Guatemala.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/san-idelfonso-ixtahuacan>>. Acesso em: 17 nov 2024.

EJ ATLAS. **Minería de Tierras Raras en Penco, Región del Biobío, Chile.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/mineria-de-tierras-raras-en-penco-region-del-bio-bio>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Mining in Macizo Colombiano, and the death of Adelinda Gómez, Colombia.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/mining-in-macizo-colombiano-colombia>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Mining projects in Intag, Junin, Ecuador.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/intag-mining-junin-ecuador>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Mining project MARA, Argentina.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/agua-rica-andalgala-catamarca-argentina>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Mining Project Warintza de Solaris ResSource Inc., Ecuador.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/la-lucha-del-pueblo-shuar-arutam-psha-contra-solaris-resource>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Mirador, Cordillera del Condor, Ecuador.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/mirador-cordillera-del-condor-ecuador>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Monocultivos amenazan La laguna Matusagaratí, Darién, Panamá.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/ganaderia-y-siembra-de-arroz-amenazan-la-laguna-matusagara-ti-darien-panama>>. Acesso em: 17 nov 2024.

EJ ATLAS. **Movimiento de los “13 pueblos” contra la Unidad Habitacional “La Ciénega”, Mexico.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/unidad-habitacional-la-cienega>>. Acesso em: 17 nov 2024.

EJ ATLAS. **“No a la Piñería” (pineapple monocultures), Costa Rica.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/no-a-la-pineria-en-costa-rica>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Nickel Mine in Loma de Hierro, Venezuela.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/loma-de-hierro>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Oil and coal Extraction in the Indigenous Motilon Bari Territory, Colombia.** Disponível em:
<<https://ejatlas.org/conflict/oil-extraction-in-the-indigenous-motilon-bari-territory-colombia>>. Acesso em: 20 nov 2024

EJ ATLAS. **Pacific Rim at El Dorado mine, El Salvador.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/el-dorado-el-salvador>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Paramo El Almorzadero, Colombia.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/paramo-el-almorzadero-colombia>>. Acesso em: 17 nov 2024.

EJ ATLAS. **Paramo de Santurbán, Colombia.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/paramo-de-santurban-colombia>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Paredones Amarillos/Mina Concordia/Los Cardones, México.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/paredones-amarillos-mina-concordia-los-cardones-mexico>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Parque fotovoltaico Oxcum-Umán, Yucatán.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/parque-fotovoltaico-oxcum-uman-yucatan>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Planta Fotovoltaica Los Prados (53 MW), Namasigüe, Honduras.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/planta-fotovoltaica-los-prados-53-mw-namasigue-honduras>>. Acesso em: 17 nov 2024.

EJ ATLAS. **Planta Hidrometalurgica de Coro coro, Bolivia.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/coro-coro-hidrometalurgica>>. Acesso em: 17 nov 2024.

EJ ATLAS. **Presa Las Cruces Nayarit.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/presa-las-cruces-nayarit-afectacion-de-pueblos-coras-o-nayeri>>. Acesso em: 1 abr 2024.

EJ ATLAS. **Presa de El Zapotillo, Jalisco.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/presa-de-el-zapotillo-jalisco-mexico>>. Acesso em: 1 abr 2024.

EJ ATLAS. **Protests and legal action against Fracking, Coahuila, Mexico.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/protests-and-legal-action-against-pemex-fracking-coahuila-mexico>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Proyecto Aratirí y minería de hierro, Uruguay.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/uruguay-no-mineria-de-hierro>>. Acesso em: 20 nov 2024

EJ ATLAS. **Proyecto Hidroeléctrico Bonyic**. Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/proyecto-hidroelectrico-bonyic-panama>>. Acesso em: 2 abr 2024.

EJ ATLAS. **Proyecto Hidroeléctrico La Aurora**. Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/proyecto-hidroelectrico-la-aurora-honduras>>. Acesso em: 2 abr 2024.

EJ ATLAS. **Proyecto hidroeléctrico Xacbal**. Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/area-de-uso-multiple-río-sarstun>>. Acesso em: 2 abr 2024.

EJ ATLAS. **Proyecto Hidroeléctrico Xalalá**. Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/proyecto-hidroelectrico-xalala>>. Acesso em: 2 abr 2024.

EJ ATLAS. **Proyecto inmobiliario 'Maratué', Valparaíso, Chile**. Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/proyecto-inmobiliario-maratue>>. Acesso em: 17 nov 2024.

EJ ATLAS. **Proyecto minero Achachucani, Challapata, Bolivia**. Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/proyecto-minero-achachucani>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Proyecto Minero Cerro del Gallo, Guanajuato, México**. Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/proyecto-minero-cerro-del-gallo-guanajuato-mexico>>. Acesso em: 17 nov 2024.

EJ ATLAS. **Proyecto Minero El Escobal, Guatemala**. Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/el-escobal>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Proyecto turístico Île à Vache, Haïti**. Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/ile-a-vache-haiti>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Puente Vehicular Periférico Oriente in Xochimilco, Mexico**. Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/puente-vehicular-periferico-orient>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Puesco-Momolluco complex and Tolten Watershed hydropower plans**.

Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/tolten-watershed-targeted-by-ministry-of-energys-hydro-plans-chile>>. Acesso em: 26 mar 2024.

EJ ATLAS. **Ralco HEP and Bio Bio Watershed hydro plans**. Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/bio-bio-watershed-targeted-by-ministry-of-energys-hydro-plans-chile>>. Acesso em: 26 mar 2024.

EJ ATLAS. **Represa del Bajo Anchicayá**. Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/represa-del-bajo-anchicaya>>. Acesso em: 29 mar 2024.

EJ ATLAS. **Resistencia de los Maya Mam contra proyectos de minería en Huehuetenango, Guatemala**. Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/comunidades-rechazan-expansion-de-mina-marlin-en-huehuetenango-guatemala>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Rio Blanco, Molleturo, Azuay, Ecuador.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/rio-blanco-molleturo-azuay-ecuador>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **San Mateo de Huanchor, Perú.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/san-mateo-de-huanchor-peru>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **São Manoel Hydroelectric Dam.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/sao-manoel-hydroelectric-dam-mato-grosso-para-brazil>>. Acesso em: 27 mar 2024.

EJ ATLAS. **Sardinal, Costa Rica.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/sardinal-costa-rica>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Sierra de la Ventana, Argentina.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/sierra-de-la-ventana-argentina>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Soná, Panama.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/sona-panama>>. Acesso em: 20 nov 2024

EJ ATLAS. **Sugarcane plantations in the Cauca Valley, Colombia.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/sugar-cane-cauca-valley-colombia>>. Acesso em: 20 nov 2024.

EJ ATLAS. **Teles Pires Hydroelectric Dam, Mato Grosso - Pará.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/indigenous-communities-against-hydroelectric-dams-along-the-teles-pires-river-para-mato-grosso-brazil>>. Acesso em: 10 mai 2024.

EJ ATLAS. **The avocado agribusiness and the water crisis in Petorca, Valparaiso Chile.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/the-avocado-agribusiness-and-water-drought-in-petorca-chile>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **The violent death of Betty Cariño, Oaxaca, Mexico.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/betty-carino-oaxaca-mexico>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Trasvase río Guarinó.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/trasvase-río-guarino-caldas>>. Acesso em: 29 mar 2024.

EJ ATLAS. **Tres hidroeléctricas y tres asesinatos de activistas en el Corredor Seco.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/interconexion-electrica-en-el-corredor-seco-guatemala>>. Acesso em: 2 abr 2024.

EJ ATLAS. **Waste treatment plant in Sacabamba, Cochabamba, Bolivia.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/sacabamba-waste-treatment-plant>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Water crisis and privatization in Mexico City.** Disponível em:<<https://ejatlas.org/conflict/water-crisis-and-privatization-in-mexico-city>>. Acesso em: 1 abr 2024.

EJ ATLAS. **Water grabbing and agribusiness in the South Coast of Guatemala.**

Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/water-grabbing-and-agribusiness-in-the-south-coast-of-guatemala>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Women against “green deserts” (eucalyptus monoculture), R.G. do Sul, Brazil.** Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/women-against-the-expansion-of-eucalyptus-monoculture>>. Acesso em: 19 nov 2024.

EJ ATLAS. **Yelcho Watershed targeted by Ministry of Energy’s hydro plans.** Disponível

em:<<https://ejatlas.org/conflict/ministry-of-energy-s-watershed-mapping-study-yelcho-watershed>>. Acesso em: 26 mar 2024.

ELMHIRST, Rebecca; HIDALGO, Marien Gonzákz. **Ecologías políticas feministas:**

perspectivas situadas y abordajes emergentes. *Ecología Política*, 017, No. 54, Ecofeminismos y ecologías políticas feministas, p. 50-57.

EMPINOTTI, Vanessa Lucena *et al.* **Entre crises e insurgências:** a ecologia política em defesa da vida em comum. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, Vol. 24, 2021.

FRAGOSO, Ariana Mendoza. **Ontologías del agua y relaciones de poder en torno al paisaje hídrico en el territorio indígena mazahua del estado de México.** *Revista Colombiana de Antropología*, vol. 55, nº 1, jan-jun 2019.

FIOCRUZ. **Breves considerações conceituais e metodológicas sobre o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.** Fiocruz, 2010. Disponível

em:<<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/breves-consideracoes-conceituais-e-metodologicas-sobre-o-mapa-de-conflitos-e-injustica-ambiental-em-saude-no-brasil/>>. Acesso em: 20 jul 2024.

FIOCRUZ. **Trabalhadores denunciam mortes e adoecimentos por exposição ao benzeno e lutam para garantir direitos à saúde e ao trabalho seguro.** Disponível

em:<<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/sp-trabalhadores-lutam-para-evitar-contaminacao-e-por-indenizacao/>>. Acesso em: 24 nov 2024.

FOLBRE, Nancy. **Measuring Care:** Gender, Empowerment, and the Care Economy. *Journal of Human Development* Vol. 7, No. 2, July 2006.

GARCÍA-ALÉN, G; LORES, M. **Ecofeminismo y activismo hidrológico.** *REVISTA HIDROLATINOAMERICANA*, Vol. 5, 2021.

GARCÍA-TORRES, Miriam *et al.* **Extrativismo e (Re)patriarcalização dos territórios.** In: org. Delmy Tania Cruz Hernández, Manuel Bayón Jiménez. **Corpos, Territórios e Feminismos:** Compilação latino-americanas de teorias, metodologias e práticas políticas. São Paulo, Editora Elefante, 2023, p. 31-51.

GARCÍA-VALENZUELA, Paloma Millar. **Sentipensando el Renacimiento: Efectos del extractivismo energético desde la vida de las mujeres weichafe de la cuenca del río**

Renaico, a propósito de la central hidroeléctrica Agua Viva durante los años 2014 al 2021, territorio del Gulumapu, sur de Chile. Santiago, 2022.

GERLAK, Andrea K.; WILDER, Margaret. **Exploring the Textured Landscape of Water Insecurity and the Human Right to Water.** Environment: Science and Policy for Sustainable Development, 2013.

GÓMEZ-FUENTES, Anahí C. **UN EJÉRCITO DE MUJERES. UN EJÉRCITO POR EL AGUA. LAS MUJERES INDÍGENAS MAZAHUAS EN MÉXICO.** Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS), Guadalajara, Jalisco. México, 2009.

GÓMEZ, Anahí *et al.* **Resistencias sociales en contra de los megaproyectos hídricos en América Latina.** European Review of Latin American and Caribbean Studies / Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe , No. 97, out 2014, pp. 75-96

GUERRERO, Raquel Quesada. **Empoderamiento de mujeres latinoamericanas a través de prácticas ecofeministas.** Investigaciones Feministas, 2010, vol. 1, p. 97-109.

GUTIÉRREZ, Verónica *et al.* **Género y participación de las mujeres en la gestión del agua en las subcuencas Río Sabinal y Cañón del Sumidero, Berriozábal, Chiapas.** LA VENTANA, NÚM. 38 / 2013.

ISLA, Ana. **¡Conga No Va! Los Guardianes de las Lagunas: Defendiendo la Tierra, el Agua y la Libertad en Cajamarca, Perú.** Rev. Ciencias Sociales 155: 45-62, 2017.

LOMBARDERO, Francisco Javier Sánchez; SUÁREZ, Belén Fernández. **La participación comunitaria y social de las mujeres en la gestión del agua como bien del procomún en Honduras.** Universidad de A Coruña, 2018.

MACARTHUR, Jess *et al.* **Gender equality approaches in water, sanitation, and hygiene programs: Towards gender-transformative practice.** Frontiers in Water, 2023.

MARTINEZ ALIER, Joan *et al.* **The Global Environmental Justice Atlas (EJAtlas): ecological distribution conflicts as forces for sustainability.** Sustainability Science, 2018.

MOLLETT, Sharlene; FARIA, Caroline. **Messing with gender in feminist political ecology.** Geoforum 45, 2013, p.116-125.

MUJER Y MEDIO AMBIENTE. Instituto Nacional de las Mujeres. **Género y Sustentabilidad:** Reporte de la situación actual. México, 2008.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 20 dez 2024.

NUNBOGU, Abraham Marshall; ELLIOTT, Susan J. **Towards an integrated theoretical framework for understanding water insecurity and gender-based violence in Low-and middle-income countries (LMICs).** Health & Place, 2021.

OCMAL. **Campesinos del ejido Benito Juárez expulsan a minera Mag Silver.** Acesso em: 22 jul 2024.

OCMAL. **Comunidades de Colon defienden rio Guapinol de la minera Inversiones Pinares.** Disponível

em:<https://mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db-v2/conflicto/view/981>. Acesso em: 22 jul 2024.

OCMAL. **Criminalizan protesta de habitantes de San José del Progreso por mina La Trinidad.** Acesso em: 23 jul 2024.

OCMAL. **Ecuacorrientes en Cordillera del Cóndor.** Disponível

em:<https://mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db-v2/conflicto/view/18>. Acesso em: 22 jul 2024.

OCMAL. **Entre Mares contamina el Valle de Siria.** Disponível

em:<https://mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db-v2/conflicto/view/51>. Acesso em 23 jul 2024.

OCMAL. **Ixtacamaxtitlan en alerta ante exploraciones mineras de Almaden Minerals.** Acesso em: 23 jul 2024.

OCMAL. **Poblado Magdalena de Teitipac expulsa a minera de sus tierras.** Acesso em: 23 jul 2024.

OCMAL. **Proyecto Angostura: amenaza la biodiversidad del Páramo de Santurbán.**

Disponível em:<https://mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db-v2/conflicto/view/78>. Acesso em: 22 jul 2024.

OCMAL. **¿Quiénes Somos?.** OCMAL, s.d. Disponível

em:<<https://www.ocmal.org/ocmal/#quienes-somos>>. Acesso em: 24 jul 2024.

OYARZÚN, Evelyn Arriagada; ÁLVAREZ, Antonia Zambra. **Apuntes iniciales para la construcción de una Ecología Política Feminista de y desde Latinoamérica.** Polis, 2019.

PENA, Mariela. **Conflicto hídrico y defensa territorial: mujeres en el Movimiento Campesino de Santiago del Estero, Argentina.** ÍCONOS Revista de Ciencias Sociales, Nº 73, vol. 26 mayo-agosto 2022, pp. 201-220.

PNUD. **Resource Guide: Mainstreaming Gender in Water Management.** Gender and Water Alliance, 2006.

RIBEIRO, Ana Maria Motta; Morais, Hugo Belarmino de. **Classe social, identidade e luta por Direitos Humanos no Movimento de Atingidos por Barragens.** Revista Direito Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 10, N.02, 2019, p.1046-1070.

RICO, Maria Nieves. **Women in Water-related Processes in Latin America: Current Situation and Research and Policy Proposals.** International Journal of Water Resources Development, 1998.

RODRÍGUEZ, Crisly Massiel Joya. **Participación de mujeres en el uso, manejo y conservación de los recursos naturales y gobernanza del agua en la microcuenca río Marcala, Honduras**. Zamorano, 2017.

ROJO, Laura García. **El papel de liderazgo de las mujeres indígenas defensoras de derechos humanos en los conflictos ecoterritoriales relacionados con el agua en Honduras. Estudio a través del Caso de Berta Cáceres**. Universidad de Valladolid, 2018.

SULTANA, Farhana. **Gender and Water in a Changing Climate: Challenges and Opportunities**, 2018.

SVAMPA Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**, 2020.

SVAMPA, Maristella. **Feminismos ecoterritoriales en América Latina: Entre la violencia patriarcal y extractivista y la interconexión con la naturaleza**. Documentos de Trabajo 59 / 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e Territórios: uma introdução à Ecologia Política**. Editora Difel, 2019.

TORTAJADA, Cecilia. **Contribution of Women to the Planning and Management of Water Resources in Latin America**. International Journal of Water Resources Development, 1998.

ULLOA, Astrid. Ecología Política Feminista Latinoamericana. *In*: ZURIA, Ana De Luca; CENTENO, Ericka Fosado; GUTIÉRREZ, Margarita Velázquez (coord.). **Feminismo socioambiental: Revitalizando el debate desde América Latina**. Cuernavaca: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, 2020, p.75-102..

ULLOA, Astrid. **Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos**, 2016.

VAN LEEUWEN, Kees *et al.* **The challenges of Water Management and Governance in Cities**. MDPI: Water, 2019.

VARGAS, Éverton Vieira. **Água e Relações Internacionais**, 2000, p.178 - 182.
VÁZQUEZ GARCÍA, Verônica. **Género, desastres ambientales y consumo de agua embotellada**. El caso de la cuenca del río Sonora. Región y Sociedad, 2021, p.1-22.

VÁZQUEZ GARCÍA, Verônica *et al.* **Género y extractivismo minero: Experiencias femeninas de movilización en Zacatecas y Puebla (México)**. Revista de El Colegio de San Luis, Nueva época, año X, número 21, Jan- Dez 2020, p.5-33.

VÁZQUEZ GARCÍA, Verônica; GODÍNEZ, Eusebio Penã. **Mujeres, agua y minería de titanio en el Soconusco, Chiapas**. Cuicuilco Revista de Ciências Antropológicas, número 85, set-dez 2022, p.265-287.

VIEIRA-BRAVO, Patricia *et al.* **Las luchas de mujeres y pueblos Garífunas y Lencas en Honduras**. In book: De despojos y luchas por la vida (pp.21-42). Publisher: CLACSO /

Cátedra Interinstitucional Universidad de Guadalajara-CIESAS-Jorge Alonso / Cooperativa Editorial Retos. Jun, 2021.

VILLARREAL Villamar, María del Carmen; MUÑOZ, Enara Echart. **Resistencias y alternativas al desarrollo en America Latina y el Caribe:** luchas sociales contra el extractivismo. Revista Relaciones Internacionales, 2018, 39, p. 141-163.

ZHOURI, Andréa. **MINERAÇÃO E DESREGULAÇÃO AMBIENTAL: LIMITES DO CONSENSUALISMO E DA MEDIAÇÃO NEGOCIADA EM SITUAÇÕES DE CONFLITO AMBIENTAL.** *In:* FORMAS DE MATAR, DE MORRER E DE RESISTIR Limites da resolução negociada de conflitos ambientais, org. Andréa Zhouri, Norma Valencio, Editora UFMG, 2013.